

O time de Opinião está na página 4



Lula



Eduardo Albuquerque



Chico de Oliveira



José A. Moisés

EM TEMPO:

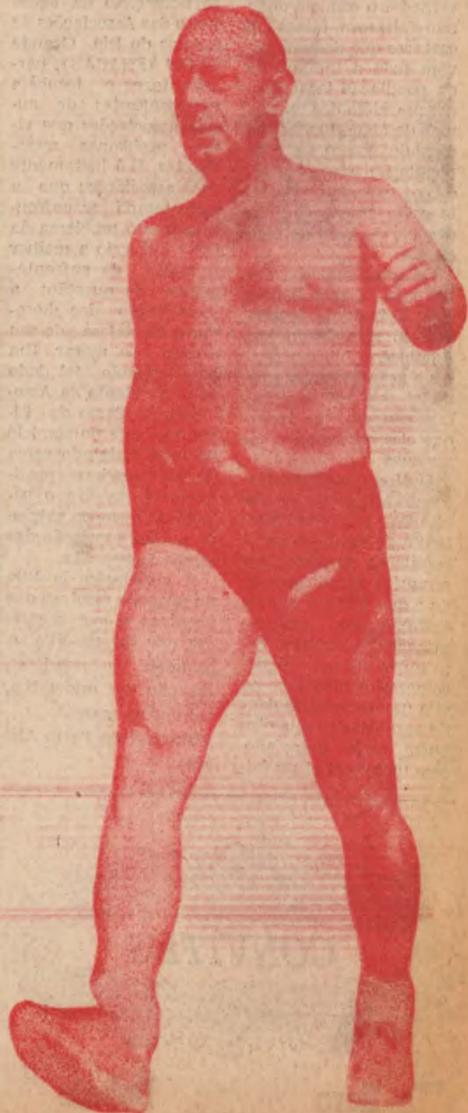
SEMANARIO NACIONAL - ANO II - N.º 69 - Cr\$ 15,00 - 21 A 27 DE JUNHO DE 1979

Encontro Nacional dos Movimentos

pela Anistia afirma:

Criminoso de sangue

é o regime ditatorial



O projeto governamental de anistia, em caminhado esta semana pelo ministro Portela ao presidente Figueiredo, excluirá muitos condenados pela Lei de Segurança Nacional, sob a alegação de que cometeram "crimes de sangue", isto é, pegaram em armas para combater a ditadura militar. Movimentos pela anistia reunidos no Rio repudiaram essa manobra do regime e reafirmaram a necessidade de insistir na conquista da anistia ampla, geral e irrestrita.

Pág. 5

E MAIS: Jacob Gorender

Condenado em processo do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), jornalista e escritor do livro "Escravidão Colonial", comenta o projeto do governo e diz o que pensa sobre anistia.

Também na pág. 5

Próxima Edição

Pela primeira vez no Brasil, a revelação de toda a história de um militante da esquerda armada que foi para a televisão dizer que estava arrependido, acusar seus antigos companheiros e falar bem da ditadura. Um depoimento humano, sentido, verdadeiro, escrito pelo próprio punho do ex-militante arrependido. Um história incrível, que põe a nu o regime e envolve altas autoridades do pós-64.

PTB

A reunião dos trabalhistas, em Lisboa, que articulam o ressurgimento do PTB. Com avaliação crítica e um paralelo com o Encontro de São Bernardo, que reuniu os líderes sindicais do Partido dos Trabalhadores (PT), embedastistas autênticos e intelectuais.

Pág. 12



Brizola se prepara para o regresso



Projeto-Rio

O ministro do Interior, Mario Andreazza, o dos projetos faraônicos (Transamazônica e Ponte Rio-Niterói), ataca agora 250 mil favelados do Rio de Janeiro. O que significa esse projeto de urbanização, que ainda não está no papel, mas a grande imprensa carioca e nacional não para de badalar?

Pág. 9

DEBATE:

O leninismo em questão,
nas plagas europeias

Não deixe de ler na página 10



Ernest Mandel

O trombadão repugnante

O líder do governo Paulo Salim — trombadão — Maluf na Assembleia Legislativa, nobre deputado estadual da Arena, Armando Pinheiro, ficou indignadíssimo com a pesquisa realizada pelo Instituto Gallup sobre as preferências do povo paulistano para governador do Estado. Os resultados indicaram as preferências nessa ordem: Franco Montoro, 68%; Laudo Natel, 58%; Olavo Setubal, 43%; e o tremendo super-Maluf 27%. Eis a indignada declaração do nobre líder sobre a pesquisa: "É odiosa, difamante e desrespeitosa. Acredito que a pesquisa tenha sido encomendada com o objetivo de denegrir a pessoa do governador e ao governo, o que é repugnante".

Leitor, amigo, escolha a quem cabe o "repugnante" do Pinheiro: a) a pessoa do governador; b) o governo; c) a pesquisa; d) os resultados; e) a encomenda.

(C. T.)

Mais um CBA

Enquanto o governo intensifica a propaganda da concessão próxima, continua se expandindo a organização do movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita. Na primeira semana deste mês, o Comitê Brasileiro pela Anistia — núcleo de Montes Claros — realizou a sua assembleia de fundação, elaborando os seus estatutos e sua Carta de Princípios, e elegendo a sua diretoria.

Ficou assim constituída a diretoria do CBA de Montes Claros: Presidente — Dr. Antonio Adenilson Rodrigues Veloso; Vice-presidente — Miguel Venício (presidente do Diretório Central dos Estudantes da cidade); 1.º secretário-professor José Bispo; 2.º secretário — Dr. Luis Tadeu Leite (vereador do MDB); 1.º tesoureiro: Antonio Marques da Conceição; 2.º tesoureiro: José Adão Machado (vereador do MDB).

Finalmente, no encerramento dos trabalhos o CBA de Montes Claros aprovou uma moção de apoio ao movimento dos professores de Minas e solidarizando-se com todas as lutas pelas liberdades democráticas.

GERAIS

Vila do Respeito entrando na briga

Foram 2.500 pessoas que domingo, dia 17, lotaram o campo de futebol da Vila do Respeito, em Porto Alegre. Um verdadeiro comício onde não faltaram faixas e cartazes que demonstravam toda a indignação da população local. Isso porque, além dos problemas de água, luz, escola e saúde, comuns a toda população marginalizada, os moradores da vila estão ameaçados de despejo do local de residência.

Os proprietários dos terrenos — Arno Haag e João Reinaldo — conseguiram através do juiz Adalberto Libório Barros a ação de despejo judicial das 167 famílias que ocupam as terras que eles reivindicam como suas.

O diretor do Departamento Municipal de Habitação (DEMAHB), tentando desmobilizar a população garantiu que ninguém seria despejado e que o órgão estaria tratando da desapropriação dos terrenos. Para confundir mais ainda, começou a circular na vila um documento dando garantias de que ninguém seria despejado, com uma assinatura fal-

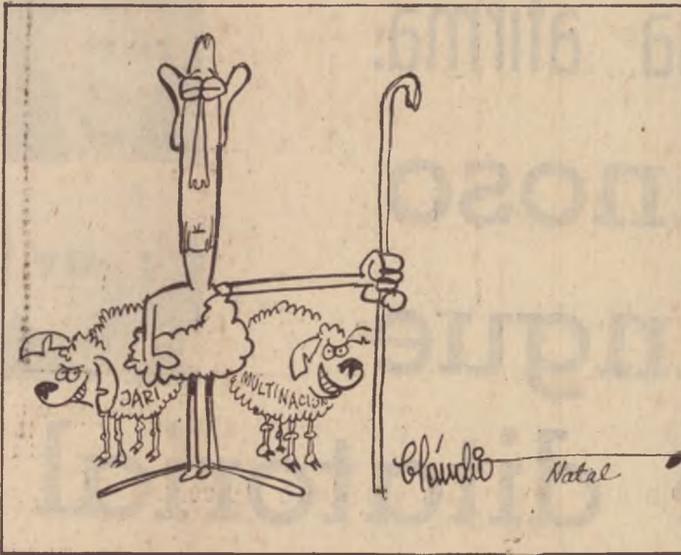
sa, imitando a do diretor do DEMAHB.

Essa manobra foi denunciada na Assembleia, que contou com a participação da Federação das Associações de Bairros do Rio Grande do Sul (FRACAB), parlamentares e também representantes de outras associações que vivem problemas semelhantes. E é justamente das associações que a mais tempo se enfrentam com o problema da terra que veio a melhor sugestão de enfrentamento da questão: a mobilização dos moradores na defesa de seu direito de morar. Um bom exemplo foi dado pelo presidente da Associação do Passo da Figueira, que no comício do mês, dirigindo cerca de 200 moradores, praticamente invadiu o palácio do governo exigindo a desapropriação das terras de sua vila.

A população da Vila do Respeito resolveu que aconteça o que acontecer não sai da Vila, e, segundo os moradores, "se não der numa boa, vai dar na marra". (Sucursal de Porto Alegre)

Figueiredo posa de João Batista

O Figueiredo, depois de posar para revistas e jornais fazendo ginástica de calção, dando uma de homem sexy, desportista e descontraído, demonstra com exclusividade para a "Gerais", seus dotes de "apascentador de ovelhas".



Terrorismo acadêmico na Gama Filho

São geralmente inocuos os torneios epistolares. Cartas indignadas à imprensa são antes fórmulas expiatórias que instrumentos eficazes de debate e intervenção política. No caso, entretanto, justifica-se o emprego de todos os canais disponíveis, tal a importância da situação, que transcende os limites da instituição em causa. A Universidade Gama Filho tem vivido uma história muito particular, nestes tempos de reorganização autônoma dos diversos grupos sociais. Visando à desmobilização dos segmentos mais dinâmicos e questionadores dos corpos docentes e discentes, e contrariando todos os princípios elementares da ética profissional e da convivência acadêmica respeitosa, um conjunto de professores, ligados a setores da burocracia da Instituição, lançaram uma ofensiva digna das épocas áureas de Filinto Müller e Plínio Salgado.

A semana que antecedeu à Assembleia que fundaria a Associação de Docentes da UGF, começou com acontecimentos dramáticos, da maior gravidade: durante dois dias consecutivos a faculdade de Arquitetura foi invadida por "judocas", uniformizados, que arrancaram a força cartazes referentes à Semana de Encontros Culturais, devidamente endossados pela direção da escola de Arquitetura. Na ânsia do "cumprimento do dever", não exitaram em

agredir, física e moralmente, estudantes e o próprio diretor daquela Faculdade.

A cadeia de violências não parava aí, ao contrário. Diretores de diversos departamentos convocaram professores, seus subordinados, reclamando a assinatura de uma nota e acenando, para os mais hesitantes e perplexos, com ameaças mais ou menos veladas de demissão. A nota enaltecia os esforços empreendidos a 4 de aquele momento por um significativo grupo de colegas, imbuídos de um espírito profundamente aberto e anti-exclusivista, visando à criação da Associação de Docentes. Contudo, a seguir surpreendia seus leitores desavisados com uma proposta, à qual se exigia adesão formal: a Diretoria provisória, responsável pela elaboração de estatutos e convocação de eleições, deveria ser composta pelos membros mais antigos de cada centro acadêmico. O golpe seria perfeito se pudesse se legitimar sem pressões, ameaças e violências. Estaria assim previamente vedado o direito inalienável de qualquer membro da Associação se eleger ou ser eleito por seus pares, a partir do único critério democrático, a representatividade. Estaria em risco a independência da organização, traço essencial à sua legitimidade e ao seu dinamismo. A lógica da Associação passaria a reproduzir a lógica funcional da classifica-

ção burocrática, sendo que o conteúdo específico desta subordinação seria o atrelamento prático, imediato.

No interior de uma Associação docente, por definição, os professores estão unidos pelo vínculo comum a uma mesma instituição e pela prática comum (a docência), e não se submetem às distinções institucionais (carga horária, estágio da carreira, número de livros publicados, antiguidade na instituição, etc...).

Inspirados na referida nota, um grupo de professores e diretores, em estarrecida manobra pré-concebida, desrespeitando a condução democrática da mesa diretora e a presença dos colegas independentes, buscaram de todas as formas tumultuar a Assembleia, impedindo seu desenvolvimento.

As formas de intimidação e coação, mais que simplesmente desonestas, fascistas em sua natureza e conteúdo, não se limitaram a ameaças. As armas não foram apenas os instrumentos de poder burocrático, foram também elas mesmas, a r m a s, com sua indubitável concretude material. O grupo sequer dispensou a escolta de uma seleta equipe de rapazes desconhecidos, mas muito bem nutridos.

Ainda atônitos, colegas e alunos estão às voltas com a construção de um espaço universitário verdadeiramente comprometido com a liberdade de organização e expressão.

Um amargo memorial para o "esquecimento" do Azedo

O BALANÇO DEFINITIVO DO TÃO FALADO CONGRESSO DA UNE

PARABENS PELOS 10 ANOS PASQUIM, MAS ESSE RATO ESTA' PRETENCIOSO E MÍOPE DEMAIS

O senhor Luiz Carlos Azedo, que outro não é senão o conhecido Azedo, liderança da Universidade Federal Fluminense, escreveu, no último número do "Pasquim" uma matéria avaliando o Congresso de Reconstrução da UNE. Só que parece que o Azedo anda meio esquecido e distraído e dessa forma não mereceria tanta pretensão do rato que ruge ao afirmar que a matéria é "o balanço definitivo do tão falado Congresso da UNE".

Eu acho que quando alguém vai fazer "balanço definitivo" deve tomar mais cuidado com o que fala. Já que o Azedo não tomou o tal cuidado, aí vai uma lista de memorial para clarear suas lembranças:

1. Quando ele alinha as diversas tendências do movimento estudantil, esqueceu de dizer que faz parte da tendência "liderada pelo DCE da PUC do Rio" e em nome da qual ele foi sempre o primeiro a defender propostas e fazer os "conchavos" que ele diz abominar.
2. Que essa mesma tendência, segundo ele acusada de reformista pela tendência comandada pelo DCE da Bahia (e por todas as outras também, viu?), nunca se assumiu como tendência, afirmando sempre ser um grupo independente (não sei se eles falavam da independência de Portugal).
3. Que essa tendência, conhecida na intimidade como Reforma, que ele afirma ser preocupada com "a participação do conjunto dos estudantes nas decisões da entidade" foi quem mais queria tirar uma direto-

ria definitiva da UNE no último Congresso, sem que isso tivesse sido nem um pouco discutido com o "conjunto dos estudantes" quando da eleição dos delegados para o Congresso. Além disso, a Reforma, por incrível que pareça, no Encontro Nacional de Estudantes do ano passado foi contra a realização do Congresso de Reconstrução da UNE, porque este ano "era muito cedo".

4. Que o programa de lutas aprovado não é tão "consenso e aceito por todos", como ele afirma. Afinal nem todos os estudantes acham por exemplo que deve se lutar por uma Constituinte hoje. E até mesmo o consenso em torno da anistia ampla, geral e irrestrita pode ser questionado. Ou o Azedo se esqueceu também que ele era contra até que o MDB promovesse uma CPI que investigasse os atentados aos direitos humanos, afirmando que era "provocação"?

5. Vale a pena ainda lembrar ao Azedo que os grupos que ele chama de esquerdistas (certo dele, quem não é?) e que ele quer ver fora da diretoria da UNE porque "defendem abertamente a luta pelo socialismo" conseguiram fazer vitórias muitas das suas propostas, tendo os delegados aprovado que a UNE deve ter como princípio a luta "contra todas as formas de exploração e opressão e deve prestar irrestrita solidariedade à luta dos trabalhadores do mundo inteiro", e não defender a paz e a soberania nacional, como ele, Azedo, queria. (SA)



CONVITES

Zero

Ignácio de Loyola Brandão e a Editora Codex têm o prazer de convidá-lo para comemorar o retorno de "ZERO" às livrarias após dois anos de proibição. Contamos com a sua presença na Livraria Capitu (Rua Pinheiros, 339 — São Paulo) a partir das 18:30 horas, dia 28 de junho, quinta-feira.

Debate

A Associação dos Sociólogos de São Paulo promove no próximo dia 22, às 20 horas, um debate sobre a CLT. O local é o Sindicato dos Jornalistas, Rua Rego Freitas, 330. Participam: Maria Herminia Tavares, Almir Pazzianoto, Domingos Braga Santana, Hugo Perez, Sindicato dos Jornalistas e José Pedro da Silva.

Bancários

O Sindicato dos Bancários de Porto Alegre está promovendo um ciclo de estudos e debates sobre problemas sociais, trabalhistas e sindicais. Neste sábado, dia 23, o sociólogo João Guilherme discute o tema "Conflitos Sociais no Brasil e América Latina". No dia 26 o advogado Tarso Fernando Genro fala sobre a "Legislação Social e Trabalhista".

Gravuras

Editora Alternativa e a Livraria Zapata comunicam o lançamento da Coleção Gravuras, a se realizar no dia 22 de junho, às 19 horas, com a presença dos autores: Aley, Cláudio Rocha, Dário Uzam, Jayme Leão e Sérgio Galli. Local: Livraria Zapata — Rua Cesário Mota Júnior, 285 — São Paulo.

PT em discussão

Iniciando uma série de palestras e debates, o SETOR JOVEM do MDB de Porto Alegre realiza na sexta-feira, dia 22 às 20 horas, no plenário da Assembleia Legislativa o primeiro desses encontros.

Os palestrantes, Luiz Inácio da Silva, o Lula dos metalúrgicos de São Bernardo e Olivio Dutra, presidente do sindicato dos bancários de Porto Alegre, falarão sobre o tema: "A conjuntura e o Partido dos Trabalhadores". Como debatedores convidados farão parte dos trabalhos o advogado Tarso Genro e o professor universitário Raul Anglada Pont.

EDITORIA APARTE S/A.

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Carlos Tibúrcio, Flaminio Fantini, Flávio Andrade, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Sérgio de Carvalho All, Tom Duarte, Nelson Pentead, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente).

Suplentes: Paulo Cavalcanti, Valmir Menezes, Luci Ayala, Maria Cândida.

DIRETORES: Flávio Andrade (Diretor-Presidente), José Luiz Nadai, Tom Duarte, Carlos Tibúrcio, Robinson Ayres.

JORNAL EM TEMPO:

Diretor-Responsável: Robinson Ayres
Secretário de Redação: Robinson Ayres
Editor Geral: Carlos Tibúrcio

EDITORIAIS: Nacional: Flaminio Fantini, Tibério Canuto, Antônio Espinosa, Jorge Baptista, Antonina Silveira, Carlos Savério, Antonio de Pádua Prado Jr., Fábio Munhoz, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Maria Moraes, Paulo Sérgio, Sérgio All, Elvira Oliveira, Jesus Varela, Wilson Prudente, Maria Cândida, Rilton Fracalossi, Sebastião Santos Jr., Terezinha V. Ferreira, Internacional:

Carlos Eduardo Matos, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Marinelde Oliveira, Olgária Matos, Roberto Gbun, Virgínia Pinheiro. Suplemento Cultural: Flávio Aguiar (Coordenador), Antônio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Valdeir Amorim. Arte e Produção: Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges, Diagramação: Sérgio Papi; Ilustração: Sian, Martinez, Cadinho, Cida, Beto Maringoni, Nilson e G.M.D.; Fotos: Jesus Carlos e Ennio Brauns Filho; Revisão: Washington Magalhães e Vera. Arquivo e Pesquisa: Virgínia Pinheiro e Elvira Oliveira.

SUCURSAIS: Belo Horizonte: (R. Bernardo Guimarães, 1884 - Tel.: 335-7773) Alberto Duarte (Chefe da Sucursal), Edgar da Mata Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélio Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Asphan, Juarez Guimarães, Sandra Starling, João Batista (Redação); Mariza Araújo, Amarildo (Administração). Porto Alegre: (Av. Graça Aranha, 1407 - loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Schimer, Letânia Menezes, Sosa (Redação), Adão Capa, Cláudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luiz Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont (Administração), Rio de Janeiro (Praça de Botafogo, 316 - Sala 209) Beatriz Lerner, Paulo Cavalcanti, Roberto Rodrigues, Marcos Gomes, Menezes, Joaquim Soriano, Eliane, José Coutinho, Lavinia, Adauto Novaes, Antonio José Mendes, Fernando Karan, Carlos

Alberto Bahia, Clotilde Hasselmann, Fernanda Coelho, Jorge Ricardo Gonçalves, Luiz Antonio de Aguiar, Luiz Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis Orlando Gullhon Braga, Sérgio Sbraglio, Salvador (Av. Joana Angélica, n.º 8 - 1.º andar - s/14) Adelmo Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria.

ESCRITÓRIOS: Recife: Antonio Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, Fred Navarro, Márcio Tavares Eliane Velloso, Marina Lima, Mário Everaldo, Riva M. Nogueira, Aracaju: David Dantas Campinas: Rinaldo Barros, Maria Alice, Fortaleza: Fausto Aguiar, Gervásio de Paula, Rogério Araújo, Vinícius de Araújo, João Pessoa: Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos. Natal: Clécio Correia, Francisco de Assis, Cláudio, Maceió: Régis Cavalcanti, Campina Grande: Jonas Araújo.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardino Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte) - Telefone: 335-7773. Redação: Rua Mathus Grot, 57 - Pinheiros - (São Paulo) - CEP - 05415 - Telefones: 280-4759 e 853-6630. Distribuidora (Rio - SP - BH - Brasília - Vitória): Superbancas Ltda. (Rua Ubaldino do Amaral, 42 - RJ) - Composto e Impresso nas oficinas do Grupo Impresor de São Paulo, Rua dos Italianos 463 - Telefone: 221-6929.



OPINIÃO

A unidade dos estudantes

por Eduardo Albuquerque (*)



Há quase um mês após a realização do Congresso de Reconstrução da UNE, parece-nos que seus resultados ainda não foram bem avaliados pela maioria das tendências estudantis e pelos estudantes em geral. Há um impio o debate que EM TEMPO publicou na sua última edição. Por este, achamos que os demais companheiros da diretoria provisória que participaram do debate, não extrairam o fundamental dos acontecimentos, aparentemente surpreendentes, do XXNI Congresso da UNE.

O fundamental, ao nosso ver, são os novos marcos em que se sustenta, hoje, a unidade dos estudantes. O Congresso de Salvador os expressou significativamente em duas questões: na Carta de Princípios e na rejeição do chamado "CHAPÃO", amplamente desconhecido da base estudantil.

A Carta de Princípios, além de garantir os princípios de representatividade e da independência frente ao Estado, posicionou-se "contra todas as formas de opressão e exploração e pela irrestrita solidariedade à luta dos trabalhadores de todo o mundo", e "pelo ensino público e gratuito voltado para os interesses da maioria da população". Um mal entendido dos delegados que confundiram programa com Carta de Princípios? Um estreitamento da base da entidade? Quem argumenta assim está longe de perceber as profundas mudanças na situação social dos estudantes e nos movimentos de massa no Brasil após o colapso do populismo em 64.

O intenso processo de acumulação capitalista no Brasil, após 64, significou para os profissionais graduados uma mudança de perspectiva. O requecimento pelas grandes empresas de um número cada vez maior de graduados, o surgimento e a capitalização das empresas de serviço, das quais um bom exemplo são as empresas médicas, foram desaparecendo, paulatinamente, com a figura do profissional "liberal", que sem qualquer capital, iniciava, por conta própria, sua vida profissional. Hoje, o que ocorre em quase todos os campos é o profissional "graduado" assalariado, sofrendo todos os problemas do assalariamento (desemprego,

exploração do patrão, etc.) e reagindo enquanto trabalhador, sindicalizando-se, entrando em greve. Esta situação, só para dar um exemplo, foi percebida claramente por Lula, no discurso do 1º de Maio, que exaltou a entrada em cena dos novos aliados da classe operária, e que há dez anos atrás detinham privilégios próprios das classes dominantes e estavam do lado de lá.

A REFORMA NA UNIVERSIDADE

De outro lado, na Universidade, a reforma modernizante imposta pelo governo com o sentido claro de submeter o ensino aos interesses patronais, foi amplamente desmascarada, mostrando aos estudantes o que é a Universidade que serve à burguesia. Assim, um fato está claro: os estudantes, pela sua situação atual — submetidos à universidade burguesa — e pela sua situação futura — enquanto maioria de assalariados estão colocados na sociedade, objetivamente, ao lado dos trabalhadores.

Uma outra grande mudança, de caráter político, também ocorreu no movimento estudantil e nos movimentos de massa em geral. O que dizer do grande grau de independência e democracia direta, de ação própria das massas, que vem marcando esses movimentos? Esta é uma característica nova, já embrionária em 68, que difere radicalmente dos movimentos pré-64, entranhados pela perspectiva reformista e populista. Esta perspectiva implicava num curto horizonte social — as reformas de base, dentro do capitalismo — e num coerente (com este horizonte) método de intervenção das direções populares, que, no essencial, reproduzia os métodos da democracia burguesa: esvaziamento do poder das bases, princípios parlamentaristas, substitucionismo, manipulações, etc. Como dissemos, 68 foi um ato embrionário de rompimento com o populismo e a democracia indireta e formal. Hoje, se estes ainda não estão rompidos, isto ocorre principalmente por vacilação da maioria das direções, que se negam a desenvolver a crítica praticada pelos movimentos de massa, que se afirmam antipatrão, independentes e de base.

Estes a nosso ver são os novos alicerces da unidade dos estudantes.

(*) Eduardo Albuquerque é diretor do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais, entidade que faz parte da diretoria provisória da UNE — União Nacional dos Estudantes.

É hora das oposições abrirem seus olhos

por José Alvaro Moisés (*)



O pior cego é mesmo aquele que não quer ver. Creio que o momento político presente reatualizou esse velho ditado popular para algumas das questões políticas mais polêmicas da nossa atualidade. A primeira dessas questões diz respeito à natureza da atual conjuntura política que, segundo a minha avaliação, marca, de modo bastante peculiar, a profunda crise que já alcançou o regime autoritário no Brasil.

Entretanto, embora já esteja mais do que evidente a completa ausência de legitimidade popular do regime de 1964, são, exatamente, os seus dirigentes os políticos que seguem detendo em suas mãos as iniciativas de mais impacto destinadas a conduzir a atual fase de transição.

De fato, a transição política vai se dando sob o controle do regime, embora a presença das forças populares na cena da política seja cada vez maior, quando menos do ponto de vista numérico. Creio que é necessário reconhecer que, sem dúvida, essa capacidade do velho regime se deve ao fato de que os seus detentores gozavam do uso quase irrestrito da violência e da coerção; mas é preciso admitir, claramente, também, que essa capacidade de deter a iniciativa política em suas mãos advém ainda do fato de que, pelo menos desde fins de 1978, o regime vai ocupando politicamente os espaços vazios deixados pela sua própria crise política.

Não é difícil perceber que embora presentes, as Oposições Populares perderam grande parte de sua vitalidade e de sua capacidade de criar fatos novos; e isto não se deve, simplesmente, ao fato de que o AI-5 foi morto e sepultado pelo próprio regime ou que a anistia (certamente restrita, é claro) está se aproximando a passos largos de nós, podendo atingir e, mesmo, interessar número significativo de políticos perseguidos.

Isto se deve, a meu ver, ao fato curioso e paradoxal, ao mesmo tempo, de que as Oposições brasileiras, de modo particular as esquerdas, alimentaram (e ainda alimentam) o velho mito da "queda da ditadura" como resultado de algo como uma espécie de "dia D"; isto é, algo como uma data que deveria resultar de um longo processo de acumulação de forças que, a certa altura, decretaria o fim da ditadura. Só então, depois desse "dia D", estariam autorizadas as Oposições Populares a apresentarem à sociedade as suas alternativas de fundo para democratização da sociedade.

Concepção liberal do fim do regime autoritário, influenciada em grande parte pela experiência do segundo pós-guerra, em 1945-46, essa idéia

impediu que amplos setores das Oposições democráticas se dessem conta de que o autoritarismo em crise se recuperava rapidamente (mesmo quando admitia a sua própria crise), para poder subsistir, em novas condições, no novo quadro que se viesse a formar. Impediu mais, por isso mesmo, cegando esses setores para verem que o quadro de desagregação política já ia se formando à sua própria volta.

O MDB JÁ ESTAVA DIVIDIDO

Zelosos de uma unidade que deveria se manter a qualquer preço, esses setores não se deram conta de que a própria Federação das Oposições, isto é, o MDB, já estava dividida no momento em que o tema da reformulação partidária ganhava as manchetes dos jornais e a preocupação de muita gente na direita e na esquerda do espectro político.

Por isso, esses setores se recusaram a olhar de frente para um problema que não é apenas conjuntural, contemporâneo da atual crise do autoritarismo, mas tem caráter estrutural na sociedade brasileira e larga raiz histórica: a necessidade das classes populares se organizarem em um amplo partido de massas, capaz de retirá-las de sua profunda heterogeneidade de composição social e de servir de conduto para a sua luta frente a adversários tão poderosos e tão hábeis, como são as elites do capitalismo selvagem que se formou entre nós.

O resultado é que agora, no momento em que o regime procura extinguir o bipartidarismo por razões próprias, e o conjunto de forças políticas conservadoras se preparam para se organizar em novos partidos políticos, as Oposições se encontram confusas e sem perspectivas e, em grande parte, se degladiando entre si. Incapazes de reconhecer a sua própria natureza heterogênea, amplos setores dessas Oposições insistem em não ver que dentro da sua própria formação há já iniciativas políticas que acabarão por redundar na criação de novos partidos. Ao invés de reconhecer a legitimidade dessa questão e se preparar para ela, amplos setores das Oposições Populares preferiram lutar contra essa tendência, negando até mesmo o imperativo democrático que é a liberdade partidária.

Talvez se deva concluir que aos que se negam a ver os fatos aconselha-se, como primeira medida, que comecem olhar à sua volta para se dar conta, quando menos, que o barco já fez água há muito tempo e que é melhor aceitar essa realidade agora, enquanto não é tarde demais, do que ser surpreendido em futuro próximo por alguma iniciativa que os imobilize e paralize de vez para intervir nos rumos da atual crise do regime.

(*) José Alvaro Moisés é sociólogo, professor da PUC de São Paulo e pesquisador do CEDEC — Centro de Estudos de Cultura Contemporânea.

Não se trata de levar o PT para o MDB ou vice-versa

por Luís Ignácio da Silva, o Lula (*)



Há dois aspectos para mim muito importantes como desdobramentos do Encontro de São Bernardo. De um lado, pela primeira vez na história política deste país, ou pelo menos nos últimos 20 anos, um grupo de pessoas que fazem oposição ao modelo político, ao modelo econômico e à estrutura sindical brasileira se reúne para tentar unificar comportamentos na sua ação. De outro lado, houve algo muito importante como resultado deste encontro que foi o fato de tanto os políticos, como os dirigentes sindicais e os intelectuais à presentes reconhecerem as falhas de sua ação atual e se dando em todos os níveis sem nenhum planejamento, mais ou menos por acaso. Isto é óbvio que para o avanço da oposição nesta fase atual é necessário toda uma visão de conjunto e programada. E dentro deste espírito é que foi formada uma comissão de 5 dirigentes sindicais, 5 políticos e 5 intelectuais para que se comece a programar uma atuação mais completa e mesmo novos encontros com estes

setores e quem sabe com outros mais no curto prazo. O objetivo do encontro não foi de forma alguma passar o pessoal do MDB para o PT, ou o pessoal do PT para o MDB ou os intelectuais para qualquer um dos dois. Assim os desdobramentos mais concretos se darão a partir do momento em que a comissão começar a se reunir, coisa que deve ocorrer já a partir da semana que vem.

O Encontro poderá vir a se constituir num partido político, desde que todo este pessoal, principalmente o ligado à área trabalhista, aos trabalhadores, venha a se comprometer com um programa claramente voltado para os interesses da classe trabalhadora. A questão não é se criar um partido hoje ou amanhã, mas sim estar preparado para quando for o momento se criar um partido que possa realmente se chamar partido, e que atenda aos interesses de todos aqueles que são assalariados.

Finalmente, o decisivo é que os resultados daquele encontro sejam levados para a discussão a nível das bases de trabalhadores e para todos os setores da sociedade. Ai sim, neste momento, poderemos pensar em criar um partido político que represente toda a classe trabalhadora brasileira.

(*) Luís Ignácio da Silva é presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

O significado político do Encontro de São Bernardo

por Francisco de Oliveira (*)



O Encontro de São Bernardo, que reuniu líderes sindicais, parlamentares do MDB, intelectuais, militantes de movimentos sociais de variada índole e origem, despertou um leque de reações que jaz bem de sua oportunidade: há muito não se reabria reunião dessa importância nas hostes da oposição brasileira.

Entre essas reações, importantes é assinalar aquelas que se manifestaram contra a realização da reunião ou procuraram minimizar sua importância. O mote geral dessas reações foi o de apontar "divisionismo" na realização da reunião, chegando até a sugerir e mesmo declarar alto e bom som — mais de um "indignado" presente mesmo à reunião — que a reunião fazia o jogo do regime ao tentar dividir o MDB. A glosa evidentemente foi a de reclamar "unidade" da oposição, "manutenção da unidade" do MDB como única forma de combate ao regime.

A acusação e o reclamo em torno da unidade não seria para levar a sério, mais do que as já consabidas capacidades de denunciar "inimigos do povo" em proveito próprio, se não revelasse a extensão e a profundidade de uma prática política perniciosa aos interesses das amplas massas exploradas nacionais. Pois é disso que se trata. De passagem, convém notar que muitos dos que se levantaram "indignados" contra o "divisionismo" dos que se comprometeram em São Bernardo a mudar a qualidade da oposição brasileira, foram pegos dias depois em conchavos com figuras não exatamente de oposição — que tal a dobradinha Magalhães Pinto-Orestes Quércia?

O MDB REPRESENTA QUEM?

Os líderes sindicais foram a São Bernardo dizer alto e bom som que não se sentem representados no atual quadro partidário brasileiro; levaram sua proposta de Partido dos Trabalhadores para discutir, não para impor. Encontraram parlamentares do próprio MDB que foram lá dizer que se sentem castrados em sua representação, em sua capacidade de representar a sociedade brasileira, e mais especificamente as amplas massas exploradas, dizer que a representatividade de seus mandatos é limitada; não foram lá renunciar a seus mandatos, mas a tentar uma forma de articulação orgânica que permita a permanente reiteração de compromissos assumidos nas campanhas eleitorais. Intelectuais foram lá como elementos que, em todas as épocas, em todas as latitudes, em todos os sistemas, fazem a ponte entre representantes e representados; não foram lá tentando substituir seja os trabalhadores, seja os parlamentares. E os que foram lá, em sua grande maioria, não necessitam pedir "nihil obstat" a qualquer figura do partido da oposição para sentem-se membros da oposição brasileira. São da oposição pela sua prática. Outros militantes de movimentos sociais foram lá também dialogar tanto com trabalhadores, quanto com parlamentares, para dizer que os movimentos sociais populares são, no mesmo grau e caráter que os movimentos dos trabalhadores, expressão da nova sociedade brasileira, e que sentem também a debilidade da representação política no quadro partidário atual; não a negam, mesmo porque muitos dos novos parlamentares e dos melhores, ou saíram desses movimentos ou foram apoiados pelos mesmos, mas querem contribuir para aprofundar a organicidade dessa representação, querem ensaiar numa perspectiva mais ampla as novas formas de representação de que seus movimentos são a feliz expressão.

Pode-se acusar de "obreirista" a proposta de trabalhadores que justamente querem ultrapassar os limites da ação sindical? Uma sigla e um rótulo não querem dizer tudo; dizem sim que a sociedade brasileira chegou ao ponto de que os trabalhadores, junto com outros setores, podem agora dar seu recado à Nação: podem propor a hegemonia dos interesses dos trabalhadores. E isso é muito importante, tanto na conjuntura atual quanto no seu desdobramento.

ACABAR COM O MONOPÓLIO DA REPRESENTAÇÃO POPULAR

No protesto dos "indignados" pode-se perceber uma prática política que quer manter — oh ironia — o monopólio legal da oposição que o regime lhes brindou. Que quer manter uma estruturação partidária que exclui as massas populares da política. Que quer subordinar sempre os interesses populares e suas formas de representação a outros interesses. Tem sido assim, nos últimos dois anos. Dialéticamente, o que foi um erro político do regime e estava se transformando numa contundente arma de contestação popular, o próprio partido da oposição, está sendo cooptado e posto sob controle de interesse que não são os populares. Desde o episódio da candidatura do gen. Euler Bentes essa manobra vem sendo feita. Agora, assiste-se à entrada no MDB de solenes figuras que no passado bem recente apoiaram o regime. Essa é a "unidade" necessária? É em nome dessa "unidade", que carrega em seu bojo "chaguistas" e adesistas de todos os naves, que se condenam irriciativas partidas de expressivos setores e lideranças populares? O que é mais representativo hoje, um mandatário parlamentar às vezes eleito porque não existia outra opção ou um líder sindical, ou um líder de um movimento popular? Devemos ter a coragem de responder a essa questão: o líder sindical, o líder de um movimento popular, são mais representativos, sim. São lideranças forjadas dentro dos movimentos de trabalhadores e populares a despeito do regime; mas muitos dos que hoje vestem a camisa da oposição — e que a rigor são governistas de corpo e alma, para quem "fora do Governo não há salvação" — sem essa espúria estrutura partidária imposta pela ditadura talvez não passariam de vereador.

Mais importante do que ficar contando quem teve mais votos, num ridículo modo de pensar aritmeticamente a democracia, é indagar das novas formas de representação que estão aflorando desde muito. É indagar se a estruturação partidária tem sido capaz de expressar essa nova representatividade. É indagar se os próprios partidos são a melhor forma de representar interesses. É indagar como as novas relações sociais podem expressar-se na política, a fim de retirar a classe trabalhadora de um atomismo sindical que lhes castra a mensagem de hegemonia, a fim de retirar os movimentos populares do terreno da mera reivindicação que lhe reduz a capacidade de transformar a sociedade a fim de retirar a representação política do isolamento que a própria forma encontrada pela ditadura concebeu. O Encontro de São Bernardo sem exagerar-lhe a proporção e o significado, começou a indagar essas questões e a tentar uma prática que as supere. A "indignação" dos que ali não foram ou não gostaram de sua realização, é um pouco uma espécie de "choro e ranger de dentes" dos que sentem expirar o tempo do monopólio da representação popular que de fato não lhes foi delegada, senão pelas contradições do regime ditatorial que nos oprimiu há quinze anos.

(*) Francisco de Oliveira é economista e pesquisador do CEBRAP — Centro Brasileiro de Análise e Pesquisa

Pouco ampla, nada geral e muito restrita

Este é o perfil do projeto de anistia parcial que o ministro Portela acaba de entregar ao presidente Figueiredo. Como não alcança, ao que tudo indica, os punidos pela Lei de Segurança Nacional e nem aponta para a desarticulação da repressão política, a anistia que a ditadura está disposta a conceder compromete a qualidade da democracia que dela poderá resultar. No Rio, um encontro de entidades pela anistia condenou a iniciativa do governo. Mas esqueceu-se de preparar uma campanha vigorosa que permita devolver às oposições populares a iniciativa na conquista da anistia. Ampla, geral e irrestrita.

O PROJETO de anistia que o ministro Petronio Portela, da Justiça, acaba de encaminhar ao presidente João Figueiredo passará à história exatamente pelo que não contém. Ou seja, pelo contingente dos excluídos da generosidade de mais um gesto da mão estendida da conciliação.

Brizola, Arraes e Prestes serão beneficiados? A meia centena de presos condenados ao mofo político pela Lei de Segurança Nacional ganharão as ruas? E os militantes da outrora esquerda armada que se refugiaram no exílio durante praticamente toda a década de 70 já podem fazer as malas do regresso?

O esclarecimento de indagações como estas passou a ser preocupação predominante daqueles a quem a concessão da anistia possa de alguma maneira alcançar já que até pelo menos meados da semana, o governo não havia divulgado os detalhes do projeto.

A qualidade da democracia estão em jogo

Além da esdrúxula teorização acerca da prática dos "crimes de sangue" como um fator que impediria o recebimento da anistia governamental, do contorcimento de argumentos para provar que os atos da esquerda armada não são de natureza "política", e de um aceno futuro com a possibilidade de indultos personalizados para quem não entrar nesta leva de anistia, Petronio Portela nada revelou do seu projeto que pudesse casar com a reivindicação, hoje já bem sedimentada na sociedade, de uma anistia ampla, geral e irrestrita.

Caso não cogite particularmente da liberação dos processados pela Lei de Segurança Nacional o projeto de Portela será na verdade "pouco amplo, nada geral e muito restrito" ao contrário do que ele disse dias atrás.

E aqui não se trata de uma questão numérica, quantitativa, como muitos já começam a enfatizar. Afinal, dizem, apenas uns duzentos não serão anistiados!

É um raciocínio que já começa a ganhar campo até mesmo dentro das oposições democráticas. Mas, como assinalaram muito bem os presos políticos cariocas, num documento divulgado esta semana (ver abaixo), o que está em jogo é a qualidade do processo de democratização que este passo permitirá: ou a democracia relativa, das reformas, senhores biônicos, do "prendo e arrebento", ou a democracia radical que comece nos locais de trabalho da maioria assalariada da população e termine por garantir substancialmente aos trabalhadores a liber-

dade de organização e expressão. Para que este segundo tipo possa se sobrepor ao primeiro é fundamental que todos os excluídos e marginalizados da cena política nos últimos 15 anos tenham assegurada sua participação na sociedade, plenamente. E é fundamental — e o ministro até se irrita quando se fala nisso, como demonstrou na entrevista coletiva concedida após sair da sala do presidente João Figueiredo — que não haja reciprocidade, ou seja, que a conquista da anistia esteja acoplada à idéia de desmantelamento da repressão política e consequentemente responsabilização dos terroristas e torturadores dos cinco governos da "Revolução de 31 de março de 1964".

A oposição na canoa furada de Portela

Não resta dúvida que o governo Figueiredo é quem está com a iniciativa nesta jogada toda. É praticamente o dono da bola que surpreendentemente pegou de surpresa até os próprios movimentos de anistia, que ficaram meio desconcertados, como bem o demonstra o Encontro Nacional de Entidades pela Anistia, realizado no último fim de semana no Rio. Embora a tática da anistia venha sendo martelada pacientemente ao longo dos últimos anos pelas oposições populares, na reta final, na encruzilhada decisiva, é o governo quem aparece como o grande herói, no julgamento em que ele nada mais é do que o réu.

"No encontro do Rio caímos sem saber na armadilha do governo que quer com este projeto nos dividir e imobilizar", declarou a este semanário, na tarde de terça-feira, um dos dirigentes nacionais dos movimentos de anistia. No lugar de traçar rumos seguros e claros de uma campanha unificada e massiva que permitisse os CBAs e MFPAs encabeçarem uma ofensiva e retomarem a iniciativa da luta pela anistia, alargando o horizonte parcial que o projeto Portela pretende imprimir, o encontro do Rio — prossegue o dirigente — acabou por desviar-se para um debate estéril acerca de questões como, por exemplo, saber agora qual a melhor tática a se utilizar no parlamento quando o projeto for enviado para lá.

Neste sentido parecem apontar alguns dos principais interessados na questão, 14 dos presos políticos que enviaram ao encontro um documento no qual formulam propostas claras de intervenção de um amplo movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita: "é necessário se traçar um plano de ação para os próximos meses e levá-lo à prática a curto prazo, enquanto transita o projeto governamental no Congresso Nacional".



"Crime de sangue quem cometeu foi a própria ditadura"

Este é o documento de conclusão do III Encontro Nacional de Entidades pela Anistia, que condenou a tentativa de manobras do regime militar, através da concessão de uma anistia parcial.

O regime militar acena, agora, com um projeto de Anistia. As entidades que lutam pela anistia, reunidos no III Encontro Nacional de Entidades pela Anistia, consideram uma vitória do ascenso do movimento popular o fato de a ditadura ser obrigada a tratar da Anistia. Há poucos meses, o próprio regime não admitia tal hipótese. Este avanço do movimento popular, no entanto, não significa o fim do regime. Ao recuar, a ditadura procura confundir seus opositores, manobrando e iludindo quanto às suas reais intenções.

A anistia se inclui num conjunto de "reformas" que o regime engendra, visando sua continuidade e não sua substituição por um governo que garanta as liberdades democráticas.

Anuncia-se que a anistia do governo excluirá opositores do regime. Um regime que processou, condenou, exilou, cassou, banii, demitiu, reformou, perseguiu, torturou e matou, não tem legitimidade para excluir quem quer que seja.

A oposição à ditadura implantada em 1964, quaisquer que tenham sido as formas de luta, não pode ser considerada crime, mas constitui-se num direito de todo o povo na defesa de seus interesses por melhores condições de vida e por liberdades

políticas. 55 presos ainda estão nos cárceres, 122 opositores estão desaparecidos, 200 estão mortos em decorrência das torturas e dos choques com as forças repressivas. Ao todo são 4877 cassados, mais de 10.000 exilados. Crime de sangue, crime contra a humanidade quem os cometeu foi a própria ditadura, torturando e matando. Crime contra a humanidade é submeter o povo a tão violento arrocho salarial e reprimir-lhe todos os canais de participação.

A decretação da anistia com que o regime acena não constitui nenhuma garantia dos direitos políticos dos cidadãos. Mantém-se a Lei de Segurança Nacional, os aparelhos de repressão não foram desativados; até hoje, nenhum torturador foi punido. Ainda se exerce a violência sistemática contra as reivindicações populares e contra a liberdade de organização e manifestação dos trabalhadores e do povo.

Os movimentos pela anistia, reunidos no III Encontro Nacional, reafirmam sua disposição de lutar pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, e conclamam todos os setores da oposição democrática e popular a somarem forças até a vitória final da ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1979.

Presos políticos cobram campanha pela irrestrita

"A curto prazo é necessário somar todas as forças no sentido de promover concentrações populares, comícios unitários, passeatas, caminhadas, e outras formas de manifestações de massa", afirmam 14 presos políticos cariocas num documento encaminhado ao III Encontro. Aqui, alguns trechos:

A grande questão que se coloca para os que lutam pela anistia total é justamente promover a unidade de todas as forças de oposição popular, de todas as entidades, personalidades e lideranças políticas e sindicais, em torno de um projeto unitário de anistia, para se contrapor em bloco ao projeto limitado da ditadura militar.

É hora de articulação de todas as forças de oposição ao regime, numa unidade concreta e imediata em cima da luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. Para isso é preciso reconhecer as bases limitadas em que ainda estão assentadas as entidades específicas que lutam pela anistia e compreender o seu papel como agente catalisador de uma aliança de forças bem maiores que hoje se pronunciam e lutam pela anistia. Essa aliança de forças deve abranger tanto setores do MDB como elementos da ARENA, tanto os estudantes como professores e intelectuais; tanto as oposições como as direções sindicais; tanto os metalúrgicos quanto os camponeses e trabalhadores rurais; tanto a Igreja Católica como as outras Igrejas; e entidades como a OAB, ABI, CNBB, como também entidades culturais diversas, de defesa da Amazônia, da ecologia, etc., de luta contra a discriminação social e da mulher, e todas as expressões da representatividade social e política.

Se por um lado o regime tem a iniciativa com seu projeto de anistia parcial, por outro entram em cena classes e setores sociais que dão um novo conteúdo à luta pela conquista da anistia ampla, geral e irre-

trita. Nesse sentido são bem significativas as resoluções favoráveis à anistia tiradas nos congressos dos trabalhadores rurais, em Brasília, dos Metalúrgicos, em Poços de Caldas, dos Estudantes (UNE), em Salvador, da OAB, em Curitiba, e as manifestações da parte dos professores, médicos, arquitetos, intelectuais e artistas; das oposições sindicais do Nordeste e finalmente a incisiva Declaração aprovada no Encontro das Oposições Populares em São Bernardo do Campo (SP).

Outras classes em cena

É necessário que se defina também uma tática unitária para se enfrentar as manobras do regime militar: rejeitar em bloco a anistia parcial como solução para as forças políticas e pessoas atingidas pelo regime, e denunciá-lo como uma manobra visando barrar o avanço do processo de democratização. Não se trata de desconhecer que uma anistia parcial beneficiará uma parcela dos perseguidos nestes 15 anos de ditadura militar. Trata-se de colocar a questão dentro da dimensão maior adquirida pela luta da anistia e pela democratização para justamente multiplicarem-se as pressões objetivando a anistia ampla, geral e irrestrita.

Plano de ação Não basta apenas articular as forças de oposição e definir uma posição, é necessário se traçar um pla-

no de ação para os próximos meses e levá-lo à prática a curto prazo, enquanto transita o projeto governamental no Congresso Nacional. Só assim teremos condições de pressionar o regime para que abra uma perspectiva de vitória, e poderemos neutralizar seus propósitos demagógicos de utilizar a anistia parcial em seu projeto de perpetuação e de fortalecimento de uma pseudo-democracia. O que está em jogo não é apenas se os enquadrados na Lei de Segurança Nacional serão ou não beneficiados pela anistia governamental, ou se serão discriminados aqueles que se levantaram em armas contra a ditadura militar, como os signatários deste documento. O que está em confronto não é apenas o projeto governamental de anistia parcial vis a vis o projeto das oposições populares de anistia ampla, geral e irrestrita. O centro da questão é o processo de democratização do país: se se perpetuará a ditadura militar, ou se se estabelecerá um regime democrático, assegurado pela ampla participação popular.

O povo explorado e oprimido não se detém na conquista da Anistia ampla geral e irrestrita. Continuará sua luta pela total extinção de interesses egoístas de uma minoria de privilegiados, que sobrevive às custas da exploração e opressão do povo brasileiro

Jacob Gorender: irrestrita e sem discriminações

O projeto do governo tenta dividir a oposição. A anistia tem que ser irrestrita e sem discriminações". Os antecedentes históricos demonstram que a anistia irrestrita contribui decisivamente para a retomada do caminho democrático. Nessa linha de raciocínio é que JACOB GORENDER comenta aqui o projeto de anistia do governo Figueiredo.

A anistia tem razões morais — podemos encontrar para ela, sem dúvida, razões morais as mais nobres —, mas, antes de tudo, ela é uma medida política. O fato de o governo enviar um projeto sobre a anistia ao Congresso reflete não a boa vontade do governo, não o desejo de fazer um favor — porque em política não há favores —, mas reflete a pressão de setores amplos da opinião brasileira, de setores inclusive que apoiavam o governo, até há pouco, e até de alguns que ainda o apoiam hoje, porém que já consideram que essa ordem de repressão e discriminação que foi estabelecida durante 15 anos já não tem razão de ser. Entretanto, o governo, sob essa pressão, apresenta um projeto que, segundo se sabe, é de anistia parcial, pois seriam excluídos aqueles que teriam cometido os chamados crimes de sangue, ou contribuído para a realização dos mesmos. E que, por essa razão, não serão tratados como réus de crimes políticos, porém como criminosos comuns.

Por que, no seu entender, o governo pretende esse tipo de anistia? Com isso, evidente, me parece que o governo tenta dividir a oposição, tenta dividir o movimento pela anistia, fazendo com que uns a aceitem, enquanto outros evidentemente não a aceitarão, e tenta, também, ainda buscar uma legitimação moral e política para a repressão brutal que usou durante 15 anos. Quer dizer, como se indicasse para a opinião pública que há pessoas que não podem ser anistiadas porque são criminosos dos piores crimes. Essas pessoas, quer dizer o governo, mereceram a repressão brutal que nós utilizamos contra elas.

Qual a anistia que você defende? A anistia, ao meu ver, deve cobrir todos aqueles que se opuseram ao governo e que foram considerados infratores das leis vigentes. Pouco importa os meios que foram empregados na infração dessas leis — o que importa é a finalidade. Não se pode comparar um jovem estudante que empunhou armas na guerrilha urbana com um criminoso comum. Esse jovem estudante era um jovem idealista: se ele errou com isso, esse é um problema de auto-crítica que deve ser feito pelas próprias organizações de esquerda. Diante do fato político da anistia, o que importa é que ele era um adversário do regime, que foi mais longe do que os outros porque era mais adversário, era mais idealista, estava mais disposto a se sacrificar. Tanto que muitos tombaram na luta e hoje nem sequer podem ser anistiados. Não há para eles nenhum recurso mais, senão o de honrar a sua memória. Mas aqueles que ainda estão sendo vítima de penas de prisão, que estão forçados porque estão condenados, ou estão no exílio porque não podem voltar ao país, todos eles devem ser anistiados. E, hoje, quando se fala em anistia, é inconcebível que aqueles que mais necessitam dela e mais a merecem não venham a recebê-la.

Como explicar o fenômeno da esquerda armada? O período em que ocorreu isso é ainda um período que precisa ser melhor estudado pelos historiadores, melhor analisado por aqueles que tomaram parte nesses acontecimentos, acontecimentos ainda muito vivos, dos quais ainda não se tem um certo distanciamento histórico. Mas o que eu posso dizer é que a guerrilha urbana e rural que se desencadeou depois de 64 e sobretudo depois de 68 não pode ser pensada fora do contexto da subversão da ordem constitucional. O fato é que a ordem constitucional que existia no Brasil foi subvertida em 64 pelo regime militar. E as possibilidades de manifestação democrática foram se fechando ano a ano. Quero aqui lembrar o que aconteceu com os estudantes. Os estudantes que deram um grande contingente para a guerrilha urbana e rural eram estudantes que não podiam perder da sua recordação o incêndio da UNE, o incêndio da sua organização. O fato de que, depois de 64, tiveram que passar a se reunir clandestinamente. O fato de que suas organizações perderam a legalidade. Esses fatos e, é claro, muitas outras influências próprias da esquerda — influências endógenas, influências de caráter também internacional — tudo isso produziu os acontecimentos que se desencadearam de 68 a 72-75. Como tudo isso já cessou, como já se vive no clima da luta por reconquista das liberdades democráticas e aquelas formas de luta já não têm razão de ser e não deixam rastros, não há razão alguma para discriminar aqueles que se empenharam na luta armada nos anos passados.

E as anistias anteriores? Ora, se pegarmos, por exemplo, um antecedente histórico como o da anistia concedida em abril de 1945 pelo governo de Getúlio Vargas, veremos que não se justificava uma anistia que não seja irrestrita e sem discriminações. Essa anistia beneficiou, inclusive, o pai do atual presidente da República, o então general Euclides de Figueiredo. Ela abrangeu todos aqueles que se opuseram ao governo de Getúlio Vargas, desde os que participaram dos movimentos armados de 35 — de esquerda —, como os que participaram do golpe de 38 — integralista —, como ainda os que faziam parte da oposição liberal — Otávio Mangabeira, Armando Salles de Oliveira e outros. Ao lado desses liberais, foram anistiados Luis Carlos Prestes, Carlos Marighella, Gregório Bezerra, Agildo Barata e todos aqueles que se levantaram em armas em 35. Essa anistia foi também um dos primeiros passos para o período de 20 anos de regime democrático vivido no país. Um período relativamente democrático, mas o mais democrático que já existiu no país até então. É evidente que, hoje, se for decretada a anistia irrestrita e sem discriminações ela só vai facilitar a retomada de um caminho democrático pelas forças políticas brasileiras.

Jacob Gorender, com uma longa militância política, tomando parte ativa nos acontecimentos de 64 a 72, foi processado e condenado por participação no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Libertado no início dos anos 70 é hoje jornalista tendo publicado o livro "O escravismo colonial".

Por Flávio Andrade

A ANISTIA SERÁ CONCEDIDA EM QUESTÃO DE DIAS... UNS DEZ MIL DIAS, TALVEZ...



MOTORISTAS DE SÃO PAULO Próxima parada: conquistar o Sindicato

Os motoristas e cobradores de ônibus urbanos de São Paulo, depois de três dias de greves e 45 de negociações, conseguiram um aumento de 53,3 por cento, embora reivindicassem 80 por cento.

A próxima etapa agora é avançar na luta para reconquistar o sindicato.

Por R. Fracalossi



A categoria manteve-se mobilizada durante as negociações, fazendo inclusive concentrações em frente à sede da CMTC por ocasião das reuniões da comissão paritária. Entretanto, pouco antes de expirar o prazo de 45 dias, os proprietários das empresas de transportes urbanos apresentaram uma proposta — considerada "absurda" pelos membros da Comissão — que previa o aumento de 30 por cento sobre o salário de maio de 79.

A Comissão de Negociação rejeitou a proposta e negou-se inclusive a encaminhá-la para discussão com a Totalidade da categoria. Os patrões então argumentaram que seria impossível qualquer outra proposta de reajuste salarial sem um respectivo aumento nas tarifas dos ônibus, o que só pode ocorrer com autorização governamental. A questão foi levada até o prefeito, que se propôs a solicitar ao Conselho Interministerial de Preços (CIP) autorização para majoração da tarifa dos ônibus urbanos de Cr\$ 4.00 para Cr\$ 4.30, oferecendo aos motoristas um aumento de 7,5 por cento, mais antecipação salarial no mesmo valor.

Além disso, os motoristas conseguiram a garantia de que os membros da Comissão de Negociação não serão demitidos nos próximos 180 dias, a determinação de um piso salarial para as empresas particulares — a ser estipulado — e a formação de uma comissão composta por dois representantes dos empregados e dois dos patrões para redigir um projeto de lei definindo a cessão de passes

livres dentro do município, e a extensão de todos os benefícios do acordo aos trabalhadores do setor de tróleibus.

A primeira assembleia convocada para discutir a aceitação ou não do acordo, realizada na segunda-feira, contou com a participação de mais de 1.500 trabalhadores, mas não teve condições de decidir nada, dada a reação dos motoristas contrários ao acordo.

A aceitação do acordo

Aos gritos de "oitenta" (referindo-se aos 80 por cento de aumento reivindicados) e "greve", uma parte dos trabalhadores presentes impedia que os oradores que defendiam o acordo pudessem continuar a falar. Segundo alguns membros da Comissão, havia apenas uma minoria procurando tumultuar o andamento da assembleia e eram pessoas ligadas à atual direção do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários, que está sob a intervenção e se manteve à margem do movimento da categoria. "Embora de início o sindicato fosse totalmente contrário à greve eles agora manifestavam-se contra o acordo na tentativa de desgastar a Comissão" — explicou um membro — uma vez que ela provavelmente se organizará e formará uma chapa para concorrer às eleições sindicais que serão realizadas no final do ano. De qualquer forma, sem possibilidades de dar continuidade à assembleia, a Comissão marcou uma outra para o dia se-

guinte e propôs-se a ir renegociar com o prefeito os termos do acordo.

A segunda assembleia, ao contrário da anterior, realizou-se com maiores atribuições e contou com a presença de somente 314 trabalhadores do setor. A Comissão de Negociação apresentou os novos termos do acordo (transformação dos 7,5 por cento de antecipação em aumento efetivo) negociados na manhã daquele dia, propondo em seguida a realização da votação. O único incidente da assembleia ocorreu quando um motorista fez críticas à falta de democracia da Comissão, que não permitiu o uso da palavra a ninguém para que fosse debatido os novos termos do acordo. Depois disso, a votação ocorreu em calma e os resultados foram 308 votos a favor da aceitação do acordo, 4 contra, 1 nulo e 1 em branco.

O saldo do movimento

Embora nem todas as reivindicações da categoria tenham sido atendidas — tal como a equiparação salarial entre motoristas da CMTC e das empresas particulares — e o reajuste tenha sido menor que o reivindicado, não se pode dizer que os motoristas tenham sido derrotados de seu movimento. Além do atendimento parcial das reivindicações e da conquista de um aumento salarial de 53 por cento, em contra-proposta aos 80 por cento pedidos, os motoristas conseguiram avançar bastante em termos organizativos. A categoria não só passou por um aprendizado político muito grande, como também foram criadas as condições necessárias para que o sindicato volte a ser controlado pelos próprios trabalhadores. Basta lembrar que toda a mobilização para a greve e para os 45 dias de negociações ocorreu sem a participação do Sindicato dos Condutores de Veículos, ocupado por uma junta interventora presidida por Afonso Teixeira Filho.

No final do ano, a intervenção será levantada e haverá eleições para a Diretoria. Existem três tendências que provavelmente estarão concorrendo a essas eleições. Uma delas é ligada aos atuais interventores, a outra surgiu a partir da Comissão de Negociação e há ainda uma terceira — de posições não muito bem definidas — que poderá fundir-se com a comissão para combater os interventores. Agora, encerra-se a etapa da greve, a próxima batalha será pela reconquista do sindicato. E, como diz um motorista, "nos agora temos condições de mobilizar a categoria, se for necessário".



As greves operárias em São Paulo andam meio escassas, mas de jeito nenhum desapareceram: para manter acesa a chama, os 17 operários da metalúrgica Filtrazul, de Barueri, estão parados desde a segunda-feira, dia 17. É que os patrões da empresa, pagar o de todo o mês ao pessoal, que não vacilou.

Aliás, por falta de pagamento, parece que muita gente vai ter que se mobilizar na região do Grande São Paulo: as Bombas Esco, fabricante de equipamentos para irrigação, de Taubaté da Serra, passou cinco dias sem pagar o salário de maio. Os 200 trabalhadores, sem tomar (ainda) a medida extrema da paralisação, levou sua reclamação ao Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, que já participou de mesa redonda com os patrões, na Delegacia Regional do Trabalho. Se não der certo no tapetão, é greve.

E por falar em Osasco: o sindicato está entrando em contatos com todas as empresas que pararam em junho do ano passado (Cobrasma Brown Boveri, etc) propondo a reabertura de negociações salariais. É que já decorre um ano desde os acordos firmados com cada uma das empresas, em 1978; além disso, o Sindicato não reconhece como válido o acordo imposto pela DRT, depois da greve geral em novembro do ano passado.

Vitoriosa

E não é por falta de bom exemplo que as greves deixaram de ser vitoriosas: os 300 operários da MACIFE, fábrica da Cidade Industrial de Contagem, em Minas Gerais (lugar onde o surto grevista tardou, mas chegou) cruzaram os braços durante cinco dias. E não voltaram de mãos abanando ao trabalho: arrancaram 15 por cento em vigência a partir de 1.º de maio, dos homens, além de antecipação de cinco por cento, a partir de junho.

Migalhas

Já que estamos nas Alterosas ("que Estado é este, Francelino") aqui vai mais uma piqueteada de lá: é que o governador biônico, ex-presidente do maior partido do Ocidente, não tá a fim de dar o aumento imediato de 50 por cento, mais um fixo de Cr\$ 2.000,00 que a Federação dos Servidores Públicos de MG está reivindicando. Resposta do Franca: 40 por cento de abono a partir de maio, isto só para o pessoal que fatura até a mixaria de Cr\$ 2.399,00. Quem recebe Cr\$ 5.333,00 terá um abono de apenas Cr\$ 86,00, quem ganha um pouco mais do que isso, neca.

E não é só isso: o "governador" ("que governador é esse Francelino?") queria dar aumento só de 45 por cento e isto a partir de outubro, ao invés de imediato. Para avaliar a insatisfação dos funcionários públicos mineiros é só calcular o quanto aumentou o custo de vida desde outubro do ano passado, data do último reajuste.

Abdallice

E o J.J. Abadalla, o "mau ladrão" (perdão seu Mesquita) está de volta ao noticiário: é que ele está ameaçando de despejo cerca de 300 famílias que ocupam, desde 1937, a Fazenda Primavera em Andradina (dos 900 alqueires da Fazenda, 400 estão no nome do Abdalla). Pois o precursor dos Atallas e Malufs da vida está fazendo uso de sua influência junto à Polícia de Andradina, que tem usado até metralhadora para impedir os posseiros de levantar cercas e proteger suas lavouras. Os lavradores, cansados de pedir a intervenção do Inora, estão se organizando: por vias das dúvidas, entraram na Justiça, para tentar defender seus direitos.

PT no Sul

O pessoal que está articulando o PT no Rio Grande do Sul, não dorme de touca: aproveitou a quinta-feira 14: dia santo, e mandou ver. Fizem uma reunião da Coordenação Provisória do Partido dos Trabalhadores, com a participação de um número significativo de dirigentes sindicais da Grande Porto Alegre. Além da massiva publicação do anteprojeto de Programa, a Coordenação decidiu estabelecer um roteiro de contatos, para popularização do PT: primeiro, com as lideranças sindicais do Estado; segundo, com as associações e comunidades de bairro; terceiro para mostrar que ninguém é orelheira, com a intelectualidade opositorista e o movimento estudantil. No próximo dia 22, haverá uma outra reunião, quando será eleita uma nova ou retificada a atual coordenação.

Na porrada

Empresa que tá incomodando é, sem dúvida, a tal de Aeroquip Sul Americana, multinacional que inventou de acampar no Rio de Janeiro, no começo do mês, ela mandou chamar a Polícia Militar para prender dois trabalhadores e um dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos. E qual o crime? os "miliantes" estavam divulgando a campanha de sindicalização promovida pelo Sindicato carioca que botou a boca no trombone, denunciando violentamente os "gringos" safados.

Listão

No Rio, em Santo André, é tudo a mesma coisa, é sarfanagem em de operários que mais se distinguiram durante a greve de março. E precisa de sarfanagem, praticada pela patronal. Pois não é que lá, na primeira letra do ABC, os patrões prepararam uma lista negra com 360 nomes de estabilidade para os trabalhadores, aceito no acordo que pôs o fim à tendem utiliza-la bem logo: no dia 17 de julho vence o prazo de 120 dias, greve. E sai de baixo, a caça às bruxas não vai ser mole. E como os patrões elaboraram a lista? naturalmente que com o apelo da própria polícia. É só ver o que aconteceu com os operários que faziam piquete na porta da COFAP: antes de serem encaminhados ao DEOPS eles deram uma paradinha no departamento de pessoal da empresa, onde foram devidamente fichados.

Dia "D"

E tá começando a contagem regressiva para a possível paralisação dos funcionários da Light. A moçada não está a fim de aceitar o choro de miséria da empresa: enquanto a diretoria diz que não tem dinheiro, todo mundo tá sabendo que está até sobrando: a empresa que o Ueki comprou está, inclusive, transferindo recursos para a Eletronorte, cujos funcionários ganham cerca de 20 por cento a mais que o pessoal da Light. No dia 2, está marcada a última assembleia da campanha: lá os eletricitários vão decidir se aceitam ou não a última proposta da empresa, feita na terça-feira, 19: 15 por cento de antecipação, criação de uma escala salarial para os cargos administrativos e técnicos, além de promessas de melhorias sociais.

Quequieisso pelegada?

A pelegada que controla o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Carris não toma jeito: pois não é que estão impedindo os metroviários de ingressarem como sócio no sindicato? Associar não pode, mas ficar com a grana do imposto sindical é uma tofura, não é? Agora, os pelegos terão o troco: um grupo de associados do sindicato e mais os metroviários, decidiram começar uma campanha pela integração dos funcionários do Metrô e também pela sindicalização. O objetivo é varrer com a atual diretoria nas próximas eleições, em 1981.

Dulcora

Os trabalhadores da Fábrica de Chocolate Dulcora mostraram que não estão a fim de dar vida doce por patrões: entraram todos (são 200 funcionários) em greve, ameaçando ainda meter o braço nos diretores mais safados. Também pudera: desde março que o tutu não pinga nas mãos dos trabalhadores. E quem vive de vento é moínho, e olhe lá!

Pela ponte

E que ninguém se surpreenda se tiver que pagar pedágio na ponte, prá ir do Rio a Niterói (ou vice-versa), na próxima semana o Sindicato dos Práticos, Arrais e Mestre de Cabotagem pode decretar greve dos trabalhadores do serviço de Transportes da Baía de Guanabara: estão pedindo um reajuste de 62 por cento e a empresa não quer dar.

Sem greve na Fiat

Por enquanto não sai greve na Fiat Allis Tratores e Máquinas Rodoviárias S.A., de Minas Gerais: é que depois de muita discussão o pessoal resolveu aceitar um aumento fixo de 800 pratas para quem ganha até Cr\$ 8.000,00 (60 por cento dos trabalhadores), 600 para o pessoal que está entre Cr\$ 8.000,00 e Cr\$ 12.000,00 e 500 para os que estão entre Cr\$ 12.000,00 e Cr\$ 16.000,00, além de antecipação salarial de cinco por cento.

Geólogos

Geólogo cava buraco não é tatu: por isso, ninguém tá a fim de aceitar passivamente a política liquidadora que o atual ministro das Minas e Energia, Cesar Cals, está praticando com a DOCEGEO, empresa subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce. Depois de cortar drasticamente os investimentos para pesquisa e prospecção mineral, de Cr\$ 415 milhões para Cr\$ 200 milhões, a empresa anuncia demissão em massa de seus funcionários. Entre eles, 50 por cento dos geólogos da DOCEGEO — perto de 40 técnicos. Segundo a Associação Profissional dos Geólogos do Estado do Rio de Janeiro, a retração dos investimentos estatais no setor mineral representa um perigo não só para a economia do país, como para o exercício da profissão de geólogo.

Luta Operária na Zona Leste de São Paulo (13)

Punição choca o militante do PC

Juliano chega à sucursal do jornal do Partido, no centro da Penha. Buscava alguma tarefa para realizar. Ao invés de uma incumbência honrosa, o dirigente Gino, com sua arrogância e jeito de militar autoritário, suspende seus direitos políticos. Durante trinta dias Juliano não poderia participar das reuniões do PC.

Por Antônio Carlos Felix Nunes

bro. Não obstante, deixava de cumprilas sem razão aplausível, quando lhe cobravam duma de ombros e respondia com uma vaga frase: "não tive vontade". E, imperturbável, aguentava as reprimendas sem comprometer-se com qualquer autocritica.

Hoje, todavia, Juliano está alterado, fora do seu natural estado de espírito. Sente-se desolado, uma sensação de desprezo abarcou o seu ser, vê-se inopinadamente separado da coletividade partidária a que tanto ama. Vai-lhe ser penoso explicar à mulher porque regressou tão cedo depois de avisá-la de que ia chegar tarde em face dos inúmeros compromissos que tinha com o Partido. Talvez sintasse até envergonhado quando for instado a entrar em detalhes, a mencionar o motivo daquela suspensão dos seus direitos políticos, a explicar-lhe, inclusive, o que significa essa punição. Afinal, Gino conseguira, em rápida comunicação, o que sua mulher não lograra em repetidas vezes de esbravejamento: transformá-lo emocionalmente.

CONHECENDO A DISCIPLINA

Recorda daquelas reações bruscas da companheira, geradas pelo contínuo desconforto do lar, a atirar-lhe na cara a pecha de vagabundo. A mulher o culpava pela situação de miséria, bradava que ele não ligava à família. Juliano ouvia tudo numa atitude de passividade — entezando ainda mais a companheira — esperava que ela se acalmasse e depois respondia ao insulto com um sorriso. Jamais se ofendia nem guardava mágoa. Agora carregava tudo isso junto, misturado a uma enorme sensação de abandono.

Ele próprio não compreendia a razão daquela medida. Estava habituado a receber críticas, as interpelações grossas do camarada Gino, mas ignorava a existência de

uma norma partidária tão causticante. Gino não fora muito explícito: apenas informara que a providência baseava-se nos estatutos do Partido, tudo muito vagamente, sem citar artigo ou parágrafo onde a penalidade estivesse expressa. Ademais, nenhuma reunião fora convocada para discutir o problema, seus companheiros de célula não foram consultados. Sempre entendera o Partido como uma organização político-ideológica altamente democrática e, por isso, considerava que tão rígida punição deveria ser discutida organicamente, com ele presente. Ao contrário disso, era o camarada Gino, com aquele seu ar de arrogância, jeito de militar autoritário, quem sentenciava-lhe o tremendo castigo.

Reconhecia-se um militante relapso, pouco produtivo, contribuindo com uma insignificante parcela daquilo que poderia dar à revolução operária. Mas, daí em diante, indigno de participar das reuniões e das atividades do Partido, ia uma grande distância. Não era um traidor, nunca cometera qualquer ato que ferisse o conceito de fidelidade — única hipótese em que mereceria sanção de tal envergadura. Isso mesmo: no seu entender, a suspensão dos direitos políticos era uma punição extrema, bem próxima da expulsão. Separavam-no da comunidade partidária, como se ele fosse um inimigo da revolução e do povo. Embora deixasse de comparecer à uma pichação, perdesse a hora de uma agitação em porta de fábrica, era para o Partido que vivia as 24 horas do dia, propagando-o junto à massa ou nele pensando noite adentro. Era o Partido quem o impedia de desesperar-se diante da miséria, incutindo-lhe ânimo e esperança.

Atravessou a rua do bairro sem reparar nos sorrisos e brincadeiras das crianças. Caminhava de cabe-

ça baixa, ressentido e chocado, o pensamento distante do alvorço matinal, sem olhos para apreciar a vida em sua total dimensão. Sente-se liquidado, como quem regressa de um campo de batalha, depois de uma fragorosa derrota, onde mortos ficaram todos seus companheiros de farda. Serão trinta longos dias que viverá assim, longe dos seus íntimos camaradas, abandonado. Chegou em casa sem encontrar justificativa para a punição arbitrária. A qual buscou o tempo todo desde que deixou a sede do jornal. Agora tenta lembrar-se de alguma falha mais grave em sua atuação que pudesse ter motivado a ira do camarada Gino. Não poderia ser por faltas às reuniões semanais da célula, com isto todos os membros já estavam acostumados; tampouco por descumprimento das tarefas decididas pelo coletivo do organismo — fato que, no máximo, lhe rendia algumas severas críticas. Devia ter cometido algo mais grave, que mexera com os brios do camarada Gino. Conhecia sua ousadia, sabia do seu hábito de passar por cima das decisões orgânicas visando a dar maior amplitude aos feitos do Partido.

Faz hoje exatamente vinte dias que Gino fora acordado-lhe alta madrugada, viera comunicar que sua cota de jornais havia sido aumentada em função de uma disputa com a Zona da Lapa. Gino cansou de chamá-lo pelo nome, ele não respondera, fingira dormir sono pesado. De repente, o outro se pôs a bater na porta com um tijolo. Bateria violentamente, como se pretendesse arrebentá-la. Juliano então concluiu ser inútil continuar com o fingimento, e gritou da cama "Hei, companheiro, é pra levantar na marra!". A que Gino respondeu: "isso mesmo, camarada. Precisamos conversar".

ACEITOU o reforço de sua cota de jornais, porém sequer compareceu à sucursal para apanhá-la. Depois disso houve três reuniões da célula e nelas não se fez qualquer alusão ao caso — o pessoal já estava por demais conformado com tais manobras para importar-se com sua ausência na venda dos jornais. Mas Gino não o teria perdoado, esperou que ele comparecesse a sede para aplicar-lhe aquela terrível penalidade.

Na próxima semana: Bombas dentro da fábrica, a receita da greve.

Trabalhar, uma atividade perigosa

A silicose, doença pulmonar incurável causada pela aspiração de poeira silícea, atinge atualmente cerca de 30 mil trabalhadores, principalmente dos setores de cerâmica, pedreira, indústria de cal e cimento, metalurgia, etc. Existem ainda várias outras doenças profissionais, provocadas pela insalubridade do ambiente de trabalho, que, como a silicose, tem causado uma quantidade enorme de vítimas, devido entre outros fatores à total ausência de quaisquer dispositivos de segurança que protegessem o trabalhador no desempenho de suas funções.

Por outro lado, a alta incidência de doenças profissionais não podem ser desvinculadas das péssimas condições de vida a que está sujeita a maioria dos trabalhadores. Submetidos a um regime de superexploração, recebendo salários bastante baixos, subnutridos, vivendo em habitações precárias e com uma jornada de trabalho excessiva, os trabalhadores tornam-se presas fáceis das doenças profissionais e dos acidentes do trabalho.

Tendo em vista a busca incessante de maiores lucros, as empresas negam-se a investir na melhoria das condições de higiene e segurança do trabalho. As maiores vítimas tanto das chamadas doenças profissionais como dos acidentes do trabalho, em geral são os trabalhadores brasileiros que não possuem qualquer especialização e que recebem os menores salários. Dada a grande oferta de mão-de-obra não especializada, esses trabalhadores quando sofrem um acidente ou tornam-se inválidos são facilmente substituídos, sem causar problemas ao patrão.

Função polícial

Acrescenta-se ainda a total ineficiência da fiscalização, que praticamente não existe, e a precariedade da formação do médico do trabalho. Aliás, o papel do médico do trabalho, do engenheiro de segurança e do supervisor de segurança continua bastante restrito. O médico do trabalho, de fato, exerce a função de controlar as ausências dos trabalhadores, o engenheiro de segurança está mais preocupado com a alta produtividade e o supervisor de segurança acaba agindo como um verdadeiro policial a serviço da empresa.

Recentemente, por iniciativa de sindicatos e federações de trabalhadores, foi realizada a I Semana da Saúde do Trabalhador (I Semsat), objetivando debater essas questões. Das recomendações propostas pela Semsat, é importante destacar aquelas referentes ao papel dos sindicatos e das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) na solução dos problemas relativos à saúde do trabalhador.

Segundo as conclusões da Semsat, os sindicatos devem não só organizar suas bases para atuar no interior das empresas, denunciando as condições precárias de trabalho, mas também criar um órgão intersindical (nos moldes do DIEESE) para a área da saúde. Além disso, foi demonstrada a necessidade de ativar as

CIPAs, que até o momento têm sido manipuladas pelos patrões. Para isso, foi defendida a tese de que os participantes da CIPA devem ser escolhidos em assembleias do sindicato e devem ser sindicalizados, tendo sua estabilidade garantida da mesma forma que o dirigente sindical, sendo essa a única maneira de o sindicato realmente atuar nas questões relativas à saúde do trabalhador.

A seguir, o dr. Herval Pina Ribeiro, médico especialista em moléstias pulmonares e participante ativo da I Semsat, entrevistado por EM TEMPO, esclarece os principais aspectos relativos às doenças profissionais.

Condições de vida precária

— O que é considerado doença profissional?

Existe a doença profissional e a doença do trabalho. A doença profissional é aquela inerente a determinado tipo de atividade. São doenças profissionais, por exemplo, a silicose, provocada pela poeira de sílica em suspensão, atingindo, entre outros, os ceramistas e trabalhadores em pedreiras, e asbestose, da qual são vítimas aqueles que trabalham em ambientes onde exista poeira de asbestos ou amianto. As doenças do trabalho são muito genéricas. Não são moléstias específicas, são consequência de determinadas condições desfavoráveis de trabalho, isto é, situações que podem causar doenças que não são inerentes à atividade profissional em si. Entre os bancários são muito frequentes as doenças nervosas, de natureza psíquica, as varizes e os problemas na coluna vertebral, que são exemplos de doenças do trabalho. A legislação em vigor apenas reconhece as doenças ditas profissionais, deixando de lado as doenças do trabalho. Assim, não são levadas em conta inúmeras moléstias que atingem o trabalhador.

— Quais as principais causas das doenças profissionais?

A legislação inclui as doenças profissionais dentro dos acidentes do trabalho. Só por si se vê o absurdo. Observe que quando se pensa em acidente, se pensa em uma coisa que ocorre inesperadamente, quando não é isso que acontece com as doenças profissionais, onde há uma sujeição permanente aquela condição de trabalho que vai levar o indivíduo a ficar doente. Por exemplo, em relação à silicose, quando alguém trabalha em um ambiente que contém sílica, é óbvio que ao tornar-se silicótico, isso não pode ser considerado um acidente. Principalmente quando se sabe que a incidência dessa doença está entre 10 e 15 por cento dos trabalhadores nessa área. Isso não é um acidente.

O enfoque técnico — que procura abstrair a realidade social — só vê duas causas para esses acidentes. Uma é o chamado "ato inseguro", em terminologia deles, e a outra é a "condição insegura", ou seja, as condições de ambiente de trabalho que propiciam que o indivíduo se acidente, ou coisa parecida. Se considerarmos as condições de vi-

A alta incidência das doenças profissionais, provocadas pela insalubridade dos ambientes de trabalho, estão na realidade inseridas numa questão mais ampla que diz respeito à busca de lucros cada vez maiores pelas empresas — pouco preocupadas com a saúde de seus empregados —, aos baixos salários e às péssimas condições de vida a que está submetido o trabalhador, que se torna uma presa fácil dessas moléstias.

Aqui, uma entrevista com o doutor Herval Pina Ribeiro, médico especialista em moléstias pulmonares e um dos principais organizadores do 1.º Semsat (Primeira Semana da Saúde do Trabalhador), promovido recentemente em São Paulo por Federações e entidades sindicais do Estado.



Por Relton Fracalossi e Antonina Silveira

da do trabalhador, com baixos salários, má habitação, maus transportes, veremos que tudo isso só pode reduzir sua capacidade de autocontrole e consequentemente levá-lo a praticar um "ato inseguro". Responsabilizá-lo por esse ato como se tenta fazer — e a prova disso são as campanhas educativas, que têm como objetivo fazer com que o trabalhador evite o "ato inseguro" — é realmente olhar parcialmente o problema.

Um motorista de ônibus, por exemplo, que trabalha de 12 a 14 horas por dia está sujeito a uma fadiga muito grande. Quer dizer que não é apenas a condição de trabalho dele que é uma condição insegura, todas as condições em que ele vive, com os baixos salários que recebe, a jornada de trabalho muito longa, os ônibus superlotados, enfim, uma série de fatores, são os verdadeiros responsáveis pelo "ato inseguro".

Doenças profissionais e arrocho salarial

— Qual a política que o Governo vem adotando com relação às doenças profissionais?

— A nível da legislação, houve

um processo de perdas gradativas por parte dos trabalhadores. Se a situação não era muito boa antes de 1964 porque não havia autonomia sindical e os sindicatos estavam atrelados ao Ministério do Trabalho, a verdade é que ela foi piorando ainda mais. Acredito que isso esteja relacionado com a impossibilidade por parte dos trabalhadores de reivindicar coisas para si e para sua classe. Ao lado do arrocho salarial, houve também um ganho por parte dos patrões na medida em que a prevenção de doenças profissionais era algo com que eles deveriam arcar e que não arcaram.

Nos países capitalistas desenvolvidos, a incidência de inúmeras doenças profissionais vem diminuindo sensivelmente, e isso ocorre devido a uma maior consciência da classe trabalhadora, que tem nesses países uma força de atuação maior do que nos países subdesenvolvidos.

No que se refere a doenças pulmonares profissionais, pode-se ver como as coisas andam em nosso país. Na nossa legislação, os limites de tolerância para os asbestos é de 4 fibras por micra quadrada, enquanto na Inglaterra e nos Estados Unidos é de 2 fibras. Aqui passou a ser

As doenças que estão matando os trabalhadores

As doenças provocadas pelo trabalho são vistas como doenças profissionais e doenças de trabalho, conforme os fatores que as ocasionam. Como exemplo das profissionais poderíamos citar três das mais frequentes e que são provocadas pela aspiração do pó: asbestose, biscose e silicose. Todas elas causam sintomas semelhantes: respiração difícil, redução da capacidade para o esforço físico e tosse. A asbestose é provocada pela aspiração de poeira de asbestos (o mesmo que amianto), biscose pela aspiração de poeira de algodão e silicose pela aspiração de poeira de sílica.

São detectadas com mais frequência das minas de carvão (silicose), nas indústrias (asbestose) e na tecelagem (biscose).

O que são e sintomas: as cavidades de ar dos pulmões começam a ser preenchidas pela poeira em suspensão. Com o tempo o pulmão torna-se menos elástico tendendo a atrofiar-se. A respiração torna-se difícil, é crescente a incapacidade para o esforço físico, sempre acompanhado de tosse.

Mais um exemplo: saturnismo: intoxicação causada pelo chumbo

através na inalação de vapores ou pelo contato com a pele. Uma das doenças mais comuns na indústria. Sintomas: insônia, fadiga, cólicas intestinais, dores de cabeça, depressão do sistema nervoso central, lesões cerebrais, alterações mentais, ansiedade, delírio e morte (produz câncer).

E' mais frequente nas fábricas de baterias, construção, pinturas e vernizes, gráficas, fábrica de automóveis e de latas.

As doenças do trabalho confundem-se com as doenças comuns, mas sua maior incidência em determinados locais e ambientes de trabalho comprova serem motivadas pelas condições específicas do trabalho nesses locais.

Como exemplo, as doenças que afetam os bancários com mais frequência: problemas de coluna e de circulação aparecendo estes sob forma, entre outras de varizes, o que são atribuídos à posição de trabalho, fora os problemas de ordem psíquica dado a tensão e a monotonia.

As costureiras empregadas em fábricas de roupas invariavelmente sofrem da coluna e de dores de cabeça, também conseqüentes da postura.

4 fibras sem que houvesse justificativa nenhuma, sem estudo nenhum. Com a agravante de que a jornada de trabalho brasileira é bem maior que a norte-americana. Esses fatos denunciadores mostram que os empresários, pouco preocupados com a saúde do trabalhador, controlam as decisões do governo.

E' inadmissível que uma instituição como a Fundacentro (Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho) que é uma instituição ligada ao Ministério do Trabalho e que foi criada com a finalidade específica de levantar e pesquisar as doenças e acidentes do trabalho, seja controlada totalmente pela Fiesp. O presidente é da Fiesp e o superintendente é assessor jurídico da Fiesp.

Para o empresário, quanto mais lucro, melhor

— A busca incessante de maiores lucros seria um dos determinantes do desinteresse dos empresários em prevenir essas doenças?

— Se melhorar as condições de trabalho implica em modificar o processo de produção, que vai lhe custar dinheiro, para o empresário é preferível deixar como está, na medida em que ele tenha mão-de-obra suficiente. Quando ela começar a se reduzir, ele automaticamente vai

procurar alterar as condições de produção. Durante a Semsat, muitos operários disseram ter ouvido dos patrões o seguinte: "Se tiver que colocar aparelhos para evitar o pó, eu fecho a fábrica". Essa é uma ameaça muito frequente de se ouvir nas pequenas e médias empresas, e que a gente sabe que é muito difícil de ocorrer, porque o empresário não está ali para dar emprego, ele está ali para obter lucro. Então, para ele, quanto mais lucro, melhor.

— Qual seria o papel da medicina preventiva em relação às doenças profissionais?

— A rigor, a prevenção das doenças profissionais e do trabalho antecede ao próprio funcionamento da empresa. Caberia ao médico do trabalho desenvolver uma atividade em conjunto com o engenheiro de segurança no sentido de criar projetos que deem salvaguardas ao trabalhador no desempenho de suas funções.

— Ao médico do trabalho caberia também exercer um controle sobre a saúde do trabalhador no sentido de que ele não adoça, ter todo um sistema de detecção dos sintomas de doenças que lhe permitisse atuar antes que elas apareçam claramente, porque ali já se tornam irreversíveis. Porém, sabemos que a rotina do médico do trabalho, apesar da lei dizer outra coisa, é fazer exames para admissão dos empregados e consultas médicas.

MINAS GERAIS

Greve dos Professores: Francelino apela para a ignorância

A greve dos professores da rede oficial de Minas Gerais prossegue a todo o vapor, botando em polvorosa os arraiais governistas (afinal é tempo de festas juninas). Francelino perde a esportiva e cai na apelação: ameaça substituir os grevistas por analfabetos (afirma-se que vai empregar os ociosos de seu secretariado e do Diretório estadual da ARENA), além de importar fura-greves de outros Estados.

Por Juarez Guimarães

Em Minas, 92 mil professores completam hoje, o trigésimo quinto dia da greve que mantém paralisadas as escolas públicas de 1.º e 2.º graus, em 413 cidades. A despeito da greve, o governador Francelino Pereira começa a fazer escola política neste Estado. Após a operação repressiva desencadeada pelo governo contra as professoras concentradas na praça da Liberdade, na Capital, a Arena mineira se entusiasmou e a repressão chega ao Interior. No município de Resende Costa o prefeito (Arena) acusou as professoras de vagabundas, e falando em praça pública, fez ameaças de buscá-las em suas casas, de revolver em punho, para obrigá-las a trabalhar.

Francelino articulou uma ofensiva contra a greve, acionada após o retorno da representação dos professores que se dirigiu a Brasília para estabelecer contatos com o ministro Eduardo Portella, da Educação. Resposta do Governo Federal às professoras: o problema da greve compete exclusivamente ao governador Francelino Pereira.

Importando fura-greves

A competência do ex-presidente da Arena não se fez esperar. Lançou a bancada estadual do partido em direção ao Interior com a tarefa de liquidar o movimento das professoras em suas próprias bases. Evidentemente a execução deste trabalho antigreve se serve dos velhos ingredientes da política, segundo a qual, "a questão social é um caso de polícia". Por exemplo: começam as ameaças de demissões, as transferências e as manobras visando a substituição das grevistas por profes-

res improvisados. Numa cidade do Interior chegou-se ao extremo de se recrutar estudantes de 1.º grau para ministrarem aulas. Além disso, o governo tem acenado com a possibilidade de importar professores de outros Estados.

Enterro público

A contra-ofensiva dos professores, foi automática e eficaz. Em Barbacena, terra de Bonifácio, o deputado João Navarro, presidente da Assembleia Legislativa, da Arena, foi colocado diante de uma assembleia de 500 professores, no Clube Andaraí, diante dos quais assumiu publicamente o compromisso de votar contra o projeto do governo, caso seu voto seja necessário para a decisão. O projeto do governo propõe um aumento de 40 por cento sob a forma de antecipação, e um reajuste salarial de 50 por cento em outubro.

Em Muriaé, os professores prometem fazer o enterro público do deputado arenista votado na cidade, caso ele vote a favor do projeto governista. Na região sul do Estado, em Poços de Caldas, o deputado Jesus Trindade Barreto passa pelas mesmas escaramuças políticas. Essa estratégia dos professores culminou há dois dias atrás com a grande concentração realizada no pátio da Assembleia Legislativa, durante a qual foram lidos os nomes dos deputados que aprovaram a proposta de Francelino Pereira.

No Comando Geral da Greve o estado de espírito é elevado.

Permanece inabalada a decisão de luta até a vitória.

O dinheiro não dá nem para a merenda

"Um dos aspectos mais sérios, quando se analisa o corpo docente, análise para a qual não se dispõe de boas informações, é o que se refere às motivações que este pessoal pode receber por parte do próprio sistema. Desta forma, ele se apresenta mal qualificado, desinteressado e, a maior parte das vezes, evade ou tem o magistério como emprego subsidiário... Essa é uma das principais conclusões a que chega o documento elaborado pela Secretaria do Planejamento de Minas Gerais, "Comportamento da Economia Mineira — período 1960-1977". Item decisivo. O documento contém uma série de informações que dão uma visão do quadro negro do ensino em Minas.

Em 1976, o índice de analfabetismo em Minas Gerais era de 39,86 por cento, para a faixa etária de 7 a 10 anos. Se considerado o conjunto da população, o índice de analfabetismo alcança a taxa de 19,57 por cento para a zona rural e de 40,54 por cento para a cidade. Esses dados são uma prova inequívoca de que as possibilidades de acesso ao ensino primário, direito constituído garantido a todo cidadão brasileiro, desde 1934, não vêm sendo oferecidas pelo Estado. Acrescente-se a isso, o fato de que o ensino de 1.º grau é o que menos vem crescendo, tanto em relação ao corpo docente quanto ao número de matrículas oferecidas.

EVASAO

Passado o obstáculo do analfabetismo, ainda se tem que enfrentar problemas da evasão escolar. O maior índice de evasão concentra-se na passagem da 1.ª a 2.ª série, do primeiro grau devido à alta repe-

tência na 1.ª série. Em cada 1.000 alunos, apenas 201 conseguem chegar até a 4.ª série primária; 162 alcançam a 1.ª série do ginásio. A alta taxa de evasão é explicada, fundamentalmente, pela desigualdade social que obriga o menor a frequentar bem cedo o trabalho como forma de complementar a renda familiar. Mas, a ausência de uma política mais incisiva por parte do Estado no sentido de garantir ao aluno pobre alimentação escolar adequada e material escolar gratuito contribui para o crescimento do fenômeno da evasão escolar.

Em 1974, o ensino de 1.º grau contava com 18.931 estabelecimentos de ensino, deste total 11.477 eram escolas de uma sala de aula, localizadas principalmente na zona rural. "Acrescente-se a isso, o fato de o ensino ser ministrado em escolas unitárias, de um só professor que atende simultaneamente a várias turmas".

"Assim, conclui o documento, a escola de 1.º grau vem constituindo mais uma instituição seletiva da sociedade, ao contrário de seus fins, que seriam a da universalização e democratização do ensino, das oportunidades".

Finalmente, constata-se a situação crítica vivida pelos mais de cem mil professores do Estado, que no decorrer dos últimos quatorze anos viram o seu salário, ou melhor o poder de compra de seu salário, decrescer em 254 por cento.

E é claro que o professor terá influência na qualidade do ensino por ele ministrado, ainda mais quando não há uma política financeira de valorização dos cargos de "magistério".

O guarda chuva está furado

O Nacional: nem ao lado dos clientes, nem dos trabalhadores

O BANCO NACIONAL ESTA REALMENTE AO SEU LADO?



Quando você se sentir no mesmo caminho dos filiais, de suas atividades, das chances nas atividades de Banco Nacional, você terá a certeza de que o Banco Nacional está ao seu lado. Quando você se sentir no mesmo caminho dos filiais, de suas atividades, das chances nas atividades de Banco Nacional, você terá a certeza de que o Banco Nacional está ao seu lado. Quando você se sentir no mesmo caminho dos filiais, de suas atividades, das chances nas atividades de Banco Nacional, você terá a certeza de que o Banco Nacional está ao seu lado.

Começa a ganhar corpo em vários Estados do país a campanha dos bancários no sentido de arrancar do Banco Nacional os 20 por cento de aumento conquistados em negociação com a Federação Nacional dos Bancos em abril passado. Em Belo Horizonte, os bancários já realizaram uma concentração de 800 pessoas na porta da principal agência do Banco Nacional, além de uma ampla campanha de denúncias à população e aos clientes do banco. E para esta semana, centenas de bancários prometem um reforço na campanha de pressões contra o "Banco do Guarda-Chuva", acenado com a possibilidade de novas concentrações, operações-tartarugas e mesmo de greve por um dia. No Rio de Janeiro, em assembleia realizada no último dia 12, os bancários decidiram adotar uma série de medidas: denúncia do Nacional à Câmara, a Assembleia Legislativa e ao Congresso; remover denúncias públicas através de cavaletes, boletins e faixas; tentar, paralelamente, durante esta semana, uma última tentativa de negociação com os donos do Banco. Em São Paulo, onde a mobilização é menor, o sindicato decidiu pela realização de reuniões nas agências do Nacional.

O Banco Nacional, de propriedade de uma das maiores raposas políticas do país e articulador de um novo "Partido Democrático", Magalhães Pinto, já não tem há muito uma boa ficha com os bancários. Seus funcionários nunca tiveram antecipação salarial e seus acordos salariais são cumpridos após pressão dos sindicatos. E apesar do "choro" dos diretores do Banco, que

insistem em afirmar como Marcos Magalhães Pinto que "os acordos salariais celebrados ao longo da segunda metade do ano passado repercutiram fortemente nas estruturas de custos dos bancos comerciais", o Nacional teve um lucro de 396 milhões em 1978, significando que a sua lucratividade cresceu 30 por cento acima dos índices inflacionários.

Esquentando os motores

Toda sorte de pressões já foi empregada para forçar o Nacional a cumprir o acordo: abaixo-assinados, telegramas para o deputado arenista Magalhães Pinto, tentativas de obter a mediação do ministro do Trabalho Murilo Macedo, o próprio ex-diretor do Nacional. Porém, o Banco insiste em não ceder 20 por cento de aumento somente a partir de julho, e isto apenas para a minoria dos seus funcionários que recebem até Cr\$ 3.061,00 mensais.

Tal intransigência, tem servido para reanimar o ânimo dos bancários diante do período de campanha salarial que se avizinha. Já em abril, em Olinda, o Encontro Nacional dos dirigentes bancários havia confirmado a disposição de não deixar que os 20 por cento sejam compensados nas negociações salariais de setembro. Este ano, ao que tudo indica, não vai ser igual ao que passou, quando a única greve tentada pelos bancários — a de São Paulo — não conseguiu ser vitoriosa.

Magalhães Pinto é tão bom democrata quanto pagador de suas dívidas: não quer dar os 20 por cento de antecipação que deve aos funcionários do Banco Nacional.

A represa de Sobradinho criou o maior lago artificial do mundo: 37,5 bilhões de metros cúbicos de água represadas, numa superfície de 4.214 quilômetros quadrados. Um total de 350 quilômetros de extensão, maior que a metade do Estado de Sergipe, com a finalidade de regularizar a descarga do rio São Francisco, para produção de eletricidade para a região Nordeste.

Com a represa, a descarga passou para o dobro do normal e garantiu-se assim a produção de mais de 13 milhões de quilowatts de energia, a partir de 1980, isto é, mais do que vai gerar a hidrelétrica de Itaipu.

Localizada a 40 quilômetros de Juazeiro, na Bahia, a barragem do Sobradinho começa o que a Companhia Hidrelétrica do São Francisco chama de Sistema Integrado de Centrais Elétricas do São Francisco, que daí interrompe o curso de água em onze trechos, onde ficarão as usinas. Este sistema, no qual serão instalados o total de Cr\$ 40 bilhões, visa garantir energia suficiente para o Nordeste apenas até 1990.

O "maior lago artificial do mundo" — como muitas vezes a barragem é chamada de modo ufanista pelas autoridades — sepultou sob suas águas as sedes de quatro cidades: Casa Nova, Remanso, Santa Sé e Pilão Arcado além de dezenas de seus povoados, chegando também a atingir trechos de mais dois municípios, Barra Mansa e Xique-Xique.

Eram cidades construídas a partir do século XVII, mais de 300 anos atrás, quando o rio começou a ser colonizado. O lago de Sobradinho modificou profundamente — muitas vezes destruiu na prática — a vida de cerca de 70 mil pessoas. E deixou espalhados em sua volta problemas sociais que arrastam-se até hoje sem nenhuma solução.

OS DESTINOS DA POPULAÇÃO

Inicialmente, a CHESF anunciou que a enorme população rural teria dois tipos de destino. No caso das cidades, novas sedes surgiram e a população seria transferida na totalidade. Quanto aos moradores dos pequenos e numerosos povoados seriam deslocados para o Projeto Especial de Colonização da Serra do Ramalho, em Bom Jesus da Lapa, a cerca de 600 quilômetros da Região de Juazeiro, projeto conhecido também pelo nome de "agrovilas". Neste segundo caso, a decisão foi comuni-

cada em 1975, isto é, três anos depois de iniciada a construção da barragem.

Tanto nas novas cidades, como nos povoados transferidos há uma insatisfação generalizada quanto ao valor das indenizações pagas pela CHESF, consideradas irrisórias e até mesmo ridículas.

A PROPAGANDA NA TV

É essa por exemplo a opinião do lavrador Dirceu Felipe da Cruz, de Casa Nova, que conta: "Eu tinha uma roça bem perto da sede da cidade. Por todas as benfeitorias e mais a casa me deram 45 mil cruzeiros, que não deu pra nada. Desde que mudei, não planto porque não tenho dinheiro, embora tenha um lote de 600 por 100 que me foi dado".

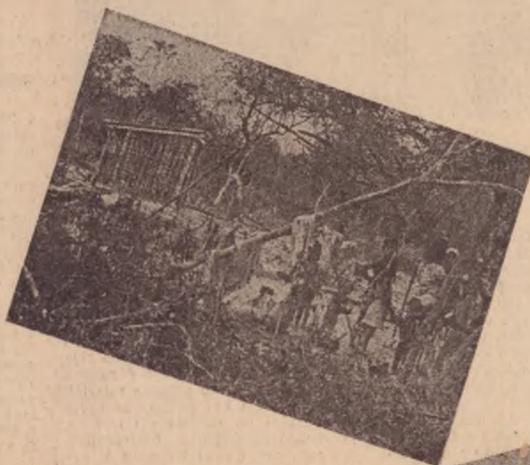
Semelhante é o relato do lavrador Oscar Feitosa Passos, pai de 13 filhos, de Remanso: "Me levaram na onda. Quando fui procurar, eu disse que não tinha a minha roça para vender, mas se era obrigado por lei vender à CHESF que vinha nos desabrigar, o preço era 35 mil. Eles voltaram depois, dizendo que iam pagar 13 mil. Protestei mas só chegou a 17 mil. Terra extensa, cheia de fruteiras. Pior foi com outra roça na Ilha do Souza, com 1.500 covas de cana, 676 de bananeira, casa de farinha motorizada. Não me pagaram um tostão e ficou tudo embaixo d'água. Hoje estou arrasado, sem nada."

A propaganda sobre a "grande obra" que o governo estava realizando em Sobradinho, sobretudo pela televisão, atraiu milhares de pessoas, inclusive nordestinos que há muito se encontravam em São Paulo. Depois da mudança para as novas sedes, a população de Casa Nova aumentou de dois mil para seis mil habitantes, a de Remanso de seis mil para 18 mil habitantes, a de Pilão Arcado, de 1.500 para 6 mil pessoas e a de Santa Sé, de 1.500 para 4.000 pessoas.

"Eu estava há oito anos em São Paulo — lembra Sebastião dos Passos Costa, em Casa Nova. — Estava com um bom emprego fixo, como carpinteiro, numa empresa de construção civil. Já comecei a ver na televisão do lago bonito, tudo bem por aqui. Comecei a ouvir muitas histórias da barragem. Dia 11 de abril de 77, peguei a mulher e os dois filhos e vim. Não era nada disso. Ainda trabalhei de carpinteiro, mas agora é voltar pra São Paulo, ou ir para Salvador. Não posso ficar sem emprego", diz ele.

Uma reportagem da Comissão Pastoral da Terra no Rio São Francisco Sobradinho, a represa da fome

Um projeto de grande potência: o governo constrói "o maior lago artificial do mundo", a barragem de Sobradinho no leito do rio São Francisco, no interior da Bahia, Para garantir energia elétrica às indústrias do Nordeste, e arrasa a existência, já precária de 70 mil pessoas, famílias de agricultores de quatro cidades e dezenas de povoados, inundados pelas águas da represa. É a segunda parte da denúncia divulgada pela Comissão Pastoral da Terra, órgão da igreja católica, que enviou à repórter Mariluce de S. Moura à região.



PILÃO ARCADO



TOCADOS COMO ANIMAIS

PILÃO Arcado foi a última das cidades a ser mudado. Só em julho de 77 a CHESF resolveu que deveria começar sua construção e em janeiro de 1978 a mudança já se iniciava. As águas chegaram seis meses antes do que tinham previsto os homens da CHESF.

Na periferia da cidade, tristes galpões de pensão, começando a apodrecer, davam há meses atrás, uma idéia da desordem e da angústia com que se fez a mudança de Pilão. Nossos galpões montados pela CHESF — barracos de favela — onze famílias ainda tentavam sobreviver. Estavam ali desde março de 1978.

No começo, esses galpões foram melhores que as lonas armadas embaixo dos umbuzeiros, para abrigar centenas de famílias desabrigadas de suas casas, sem ter para onde ir.

Cobertos por Eternit sem nenhuma janela, apenas uma porta, nos galpões o calor é sufocante quando faz sol. Nos cômodos míseros de quatro metros por cinco foram amontoadas, muitas vezes, duas e até três famílias de 10 pessoas cada. No começo, quando chovia, a água entrava pelos vãos das portas em cima e embaixo. E agora, as folhas de compensado vão se desmanchando e as bruchas para entrada de água são maiores.

A água que se tem para beber e para qualquer coisa nesses galpões é a de três caixas de 250 litros, abastecidas duas vezes por semana. Se faltar, o jeito

é caminhar 3,5 quilômetros para pegar no riacho. Cozinhar é em fogo de carvão do lado de fora. E assim por diante.

A primeira cidade transferida, Remanso — entre setembro de 76 e janeiro de 77 — não teve melhor sorte. As primeiras famílias que chegaram na nova sede encontraram o município sem as mínimas condições de vida: falta de água, de luz, de esgoto, de abastecimento. As detonações para implantação da rede de esgoto lançavam pedras às casas, pondo em risco a vida dos moradores.

Nos primeiros meses de 77, houve a transferência da segunda cidade, Casa Nova. Sob pressão, aos atropelos, a população foi tocada para a nova residência, sem água, sem luz, casas por construir. Durante alguns meses, muitas famílias só dispunham, para se abrigar, dos umbuzeiros e das lonas improvisadas pela CHESF.

A CHESF prometera uma ajuda de Cr\$ 9 mil para mudança, mas poucos receberam. A maior parte teve de fazer, como explica João Gonçalves, de Pilão Arcado: "Ficaram de fazer o transporte, mas me deram direito a uma só carrada. O resto tive de fretar tufo. Paguei 1.500 por uma barca, até o Porto da Passagem e 1.500 por dois carros até a entrada deste lugar. O resto do caminho, uns quatro quilômetros, trouxe o material na cabeça, porque a estrada estava muito ruim, não passava carro. Os móveis, minhas coisas de madeira, que eu mesmo fabricava, ficou tudo embaixo d'água".

O projeto das agrovilas de Bom Jesus da Lapa também deu com os burros n'água. Hoje o INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que dirige o projeto, precisa buscar famílias de colonos no Mato Grosso para encher as agrovilas esvaziadas. Precisa tirar famílias de Coribe e Santa Maria do Vitória — já conseguiu 500 — atingidas pela grilagem violenta de terras nesses municípios, "para não perder todo o investimento no projeto". "Se as famílias de Sobradinho desistem, a gente tem que preencher as agrovilas com gente de outras localidades", reconhece o executor do projeto, o agrônomo Poleau Dantas Wanderlele.

O projeto das agrovilas de Bom Jesus da Lapa foi feito pelo governo sem nenhuma consulta aos principais interessados. Isto é, as vítimas da barragem de Sobradinho. Por decreto, em abril de 1975, o governo desapropriou uma área de 257.500 hectares, ao sul do Rio Corrente, "destinada a acomodar a população rural da área a ser inundada pelo Reservató-

rio de Sobradinho". Essa área fica bem próxima da sede de Bom Jesus da Lapa — atravessando-se o rio, a uns 15 quilômetros — e a cerca de 600 quilômetros da região atingida pela barragem. O número de famílias calculado para as agrovilas pela CHESF era de quatro mil, bem menor que a necessidade real. Mas apenas 13,7% da população prevista aceitou ir sem reclamar. As outras bateram o pé e exigiram indenização e em alguns casos a construção de povoados próximos às novas sedes dos municípios. A CHESF ameaçava o pessoal — ou iam para Bom Jesus da Lapa onde "receberiam toda ajuda do governo" ou ficariam na beira do lago sem nenhuma ajuda.

No dia 28 de abril de 1976, partiu no vapor São Salvador, fretado pela Companhia de Navegação do São Francisco, a primeira leva, de 30 famílias para a agrovila n.º 5. No estudo feito pela empresa Hidroservice, por encomenda da CHESF e do INCRA, pretendia-se "a elevação do nível de vida do agricultor": "a grande maioria dos agricultores a

O fracasso das agrovilas

serem reassentados, atualmente constituída por posseiros, arrendatários, agregados, foreiros, etc, passará à categoria de proprietário, condição essa que certamente propiciará um maior estímulo para o trabalho e também o creditará a usufruir o crédito rural, o que não ocorre atualmente", dizia o relatório.

O projeto previa a construção de 16 agrovilas, com cinco mil casas para agricultores, construção de 840 quilômetros de estrada, de 19 escolas, de 16 postos de saúde, de uma igreja, um clube, 16 armazéns e a implantação do sistema de abastecimento de água e de energia elétrica. Os agricultores receberiam o terreno com uma casa e na área de plantação terra de 20 hectares para cultura, bem como um título provisório, e depois de três anos de experiência, o título definitivo de propriedade. Quando terminassem de pagar os Cr\$ 12.360 pela terra e pela casa, para os que teriam um prazo de 20 anos, receberiam a escritura definitiva. Logo na chegada, ganharam 15 meses de salário de ajuda e financiamento do banco.

Isso tudo eram as metas bonitas no papel. Mas na prática, o que se verifica, três anos depois de mudada a primeira leva de famílias. "A gente trabalha, se acaba e não vê resultado — desabafa Maria José dos Santos da Cruz, uma das moradoras. Capina hoje, três dias depois o mato já cresceu, a gente capina outra vez e fica nisso. O financiamento do banco era de acordo com o serviço. Quem limpava mais terra, conseguia tirar um pouco mais. Mas tinha gente que só podia tirar 300, 400 contos, porque não conseguia dar vencimento de limpar a terra. Esse financiamento leva meses para sair, e quando sai, o que a gente tem que fazer do dinheiro é pagar as dívidas das compras de comida feita no armazém".

Outra habitante das agrovilas, Júlia dos Reis presta o seu depoimento: "As coisas da gente aqui não têm nenhum valor, ninguém compra. A gente colhe feijão e nem a cooperativa compra. Abóbora não consegue vender nenhuma. A mandioca não adianta nem tirar e está perdida nas roças como

mato brabo. O terreno é bom, mas que adianta, se a gente não consegue vender nada? A cooperativa compra muita mamona, mas muita gente não se dá bem com a mamona, fica com uma canseira, uma falta de ar de quase morrer. Algodão, a cooperativa também compra. Mas se a gente vende mil cruzeiros, 500 é para pagar as catadeiras, porque ninguém dá vencimento ao algodão senão tem muita gente para colher logo".

Quem chega às agrovilas, de longe vê nas casinhas pintadas de branco uma idéia de organização, uma sensação de que tudo está melhor que nos antigos povoados de onde vieram as pessoas que ali estão. Mas de perto, passada a estrada, que é um verdadeiro atoleiro, as cenas de crianças magras e sujas aparecem a queda da qualidade no nível de vida. "A gente trabalha mais de barriga vazia do que cheia — lamenta-se Gonçalves de Silva Brito Passa, semanas e semanas caminhando pra roça só com um prato de farinha. Nem peixe a gente tem direito a ter, porque o rio está a três léguas".

Nova inundação confirma denúncia

Na semana passada, as denúncias da CPT eram confirmadas por mais uma inundação no sertão da Bahia: uma nova cheia no Rio São Francisco provocada por suas barragens bagunçava as colheitas dos lavradores, chegando a prejudicar moradores de Xique-Xique e Barra, na região da represa de Sobradinho. Eis o informe de "O Estado de São Paulo":

Uma nova cheia na região do médio São Francisco, na Bahia — o rio subiu cerca de 75 centímetros — destruiu todas as plantações de feijão, milho, melancia e abóbora, feitas pela população ribeirinha, agravando bastante a já difícil situação dos posseiros e pequenos proprietários atingidos pelas violentas enchentes ocorridas no início do ano em toda a área cortada pelo São Francisco, em território baiano.

Segundo fontes da Fundação do Desenvolvimento do Vale do São Francisco — Fundifran — entidade vinculada à Igreja Católica, a enchente teve início no último dia 6, só começando a baixar no dia 12. Como não choveu na região, essas fontes atribuem a responsabilidade pela nova cheia à administração da represa de Três Marias, que se confirmada a hipótese, estaria soltando um volume de água acima do normal.

Com efeito, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco — Chesf — subsidiária da Eletrobrás, fazia questão de descartar qualquer responsabilidade diante do fato, preferindo admitir que Três Marias estaria soltando mais água.

Contudo, os efeitos dessa nova cheia podem não ser de responsabilidade exclusiva de Três Marias, pois os moradores de Xique-Xique e Barra, por exemplo, cidades próximas do lago de Sobradinho, sofreram de modo mais sério, as consequências da enchente, por conta da retenção das águas provocada pela existência da represa. De qualquer forma, a Chesf, mesmo reduzindo o impacto dos problemas causados pelas águas, confirmou a elevação do rio.

Os lavradores, que tinham plantado, para garantir a sua subsistência, logo após a grande enchente de fevereiro, viram-se agora numa situação ainda mais difícil. Quase toda a produção de subsistência do Vale do São Francisco, na Bahia, é feita pela população da beira do rio e todos os posseiros da área foram atingidos pela enchente de fevereiro, ficando milhares deles no mais completo desabrigo. Ainda praticamente desabrigados, eles procuravam plantar para sobreviver quando veio a nova elevação das águas, levando tudo que tinham plantado.

Antes mesmo que a cheia voltasse a alterar a vida dos desabrigados, boa par-

te do milho plantado à beira do rio tinha-se perdido em função da ocorrência de uma praga que se alastrou, sobretudo, na região de Xique-Xique, a 585 quilômetros de Salvador. Quando o rio voltou a subir, o restante do milho foi levado pelas águas, junto com as demais culturas de subsistência. Mais grave ainda é a situação dos moradores das ilhas, pois, além de enfrentarem agora o problema da nova enchente, não receberam qualquer ajuda governamental, ajudando fontes da Igreja, na área.

A maioria que foi atingida pela cheia de fevereiro encontra-se ainda desabrigada, continuando a viver embaixo de copas de árvores ou de lonas cedidas pelo governo. Na verdade, diante do fato de o governo, até agora, não ter enviado recursos para a construção ou reconstrução das casas destruídas, os desabrigados estão reivindicando, segundo a Fundifran, que as autoridades estaduais ou federais, enviem, pelo menos, lonas para que não fiquem totalmente ao relento.

O desabrigo, ampliado agora com a nova cheia, tem aumentado os problemas de saúde da população ribeirinha. Tomé Carneiro, um camponês da região de Xique-Xique, disse que a fome e o frio têm aumentado a ocorrência de doenças. Somente a Xique-Xique, nos últimos dias, chegaram mais de 20 lavradores, entre homens e crianças com pneumonia ocorrendo também pelo menos um caso de tuberculose.

Agricultura arrasada

A agricultura de toda a região do lago foi inteiramente arrasada. São dois anos sem colheita — o primeiro por causa da mudança e o segundo porque não houve dinheiro para desmatar roças, cercar, preparar o terreno e plantar.

Os agricultores de Sobradinho não só haviam perdido a maior parte do que tinham, como continuaram se endividando, comprando fiado em armazéns, para sobreviver. O gado também foi perdido em sua grande maioria — 70 a 80%, calculam alguns, afogado na mudança ou depois, já nos novos locais, de fome, sede ou peste.

A pesca em muitos lugares se tornou extremamente difícil, porque o rio ficou muito longe. Mesmo assim, foi o último recurso de inúmeras famílias. Mas, já no fim do ano, o rio foi fechado para a pesca, pela CHESF, porque era o tempo de desova, e até este último recurso foi tirado das populações de Sobradinho.

A situação era tão gritante que a Eletrobrás, empresa do governo, através de levantamento feito na área, reconhecia que havia chorado muito a situação econômica e a qualidade de vida das populações transferidas. Centenas de abaixo-assinados feitos pelos agricultores, cartas de bispos às autoridades, denúncias de sindicatos, pressionaram as autoridades a tomar conhecimento da miséria a que haviam condenado os moradores de Sobradinho.

No final de 77, a Eletrobrás elaborou um programa de apoio ao desenvolvimento sócio-econômico, o chamado "Projeto Sobradinho", que falava em incentivos à pesca, agricultura, pecuária, através de programas de educação, saúde, a fim de dar à população "condições mínimas de sobrevivência". Prometeu-se mundos e fundos, desde a preparação de terra irrigada, para trabalho coletivo até a distribuição de fruteiras e orientação técnica para uso de sementes e inseticidas.

Mas, na verdade, o que foi realizado até hoje, não representa praticamente nada de significativo: a exceção de Cr\$ 12 mil — que nem todos receberam — em dinheiro para aplicação em arame de cerca, os antigos moradores do "maior lago artificial do mundo" estão esperando até hoje os benefícios do "Projeto Sobradinho". A CHESF como executora deste projeto sócio-econômico fez discriminações — decidiu que o pessoal da sede de Casa Nova, mesmo sendo agricultor não tinha direito à ajuda; definiu que em Pilão Arcado o pessoal da sede receberia os Cr\$ 12 mil e os da catanga, somente o além de atrasado, foi distribuído sem nenhum critério. Endividados, sem comida mais nenhuma, só restou a muitos agricultores pegarem o dinheiro que lhes sobrou da compra do arame e simplesmente "investir" em alimentação.

Maria José completa: "não foi nada do que prometeram, nenhuma das facilidades que diziam que a gente ia ter. Título das casas nunca deram e eu só vou ter um dinheiro pra ir embora, porque vou vender uma vaca que comprei logo com o dinheiro da indenização das benfeitorias lá de Casa Nova". Desde o início, houve resistência da população da área em ir para as agrovilas. Segundo Boileau, foram 1.200 famílias das quatro mil programadas e mesmo assim perto de 200 já voltaram para seus municípios. Assim, hoje das 2.300 famílias que estão distribuídas nas 11 agrovilas já construídas, menos de mil são de Sobradinho.

Sem reconhecer o fracasso social do projeto, as autoridades se incumbem de espalhar que "o pessoal de Sobradinho não possui de vida porque é preguiçoso e não gosta de trabalhar". Ou como diz o agrônomo Boileau: dentro de mais dois anos "o INCRA não terá mais nenhum compromisso de esperar que eles encham o projeto. Irá selecionar agricultores de outras áreas, de uma forma mais séria".

PROJETO-RIO

250 mil favelados ameaçados

O Governo Federal acaba de anunciar seu primeiro grande projeto urbanístico, o Projeto-Rio. Segundo Mário Andreazza, ministro do Interior, nove favelas serão erradicadas e urbanizadas, 250 mil pessoas se beneficiarão de investimentos calculados em 3.391 bilhões de cruzeiros. Mas os favelados estão descrentes. Vítimas mais uma vez do autoritarismo, eles não foram consultados sobre

o Projeto. Deles, o Governo espera apenas que conie e agradeçam. Uma dúvida, no entanto, não sai da cabeça de ninguém: por que tanta esmola? Será o Governo capaz de bancar um projeto tão ambicioso apenas para melhorar as condições de vida dos favelados? Além das favelas do Rio, Mário Andreazza tem projetos para as Baixadas de Belém e favelas de Maceió, Recife e Baixada Santista.

Por MARCELO BERABA

tes desocupados, completamente marginalizados do mercado de trabalho e sem qualquer chance além de buscas eventuais.

Impossível defender a manutenção de uma favela desta. O índice de doenças é assustador. As perspectivas, nenhuma. Uma parcela razoável vive da coleta diária de lixo de um depósito próximo, onde disputam com os urubus restos de comida e objetos reaproveitáveis.

Acontece, no entanto, que a maior parte dos moradores da extensa região não vive desta forma. Dos 250 mil, 50 mil vivem nas palafitas. Na favela de Parque União, (15 mil habitantes), por exemplo, 90 por cento das casas são de alvenaria, algumas construídas há mais de 20 anos, um bom número delas com dois ou até mesmo três andares. Estas favelas funcionam como verdadeiros bairros de subúrbio, com ruas calçadas, um comércio relativamente forte, clubes e gafieiras.

CARTÃO-POSTAL

Para o carioca de uma maneira geral, o Projeto-Rio está sendo vendido como uma solução extremamente feliz para os problemas da área. Em primeiro lugar, vai se "limpar" uma região extremamente poluída, uma paisagem pobre e sem cor, indesejável cartão postal às vistas de todo gringo que chega ao Rio pelo Aeroporto Internacional. No seu lugar, serão construídas, segundo as promessas, áreas de lazer e mais duas praias. E indústrias, que significam empregos. A duplicação da Avenida Brasil é outra medida que sensibiliza toda a cidade: qualquer trabalhador perde uma média de três horas por dia, de manhã e à noite, na Avenida Brasil, indo e voltando para o trabalho.

E mais: como que prevendo a reação popular, Mário Andreazza fez questão de frisar que as favelas serão destruídas mas nenhum favelado será removido. Nas mesmas áreas serão construídos conjuntos e bairros residenciais. Para os de baixa renda, o Ministro garante que serão cobradas prestações equivalentes a dez por cento do salário mínimo — hoje, Cr\$ 226,80. Fica garantido, portanto, segundo todas as entrevistas publicadas nos jornais, a permanência da população no local, a aquisição de casas novas nos conjuntos residenciais e a urbanização da área.

PROTESTO

Por que, então os protestos dos favelados que começaram a se esboçar já no dia seguinte ao anúncio do

Projeto-Rio (dia 8)? Estes protestos cresceram a ponto de as associações de moradores criarem uma Comissão de Defesa das Favelas da Maré (Codefam) e promoverem reuniões diárias com até 600 moradores. Por que o medo?

Em todas estas reuniões foi repetido, várias vezes, um ditado popular: "quando a esmola é muito, pobre desconfia". Na verdade, os favelados não estão acreditando nas promessas do Governo. Em primeiro lugar, eles, os principais interessados, não foram ouvidos. Como pode o governo decidir sobre a vida de 250 mil pessoas sem sequer procurar saber de seus interesses? Tudo o que eles sabem é através dos jornais.

INCÊNDIO CRIMINOSO

Quanto ao voto de confiança, pedido pelo Ministro Mário Andreazza, pelo prefeito Israel Klabin e pelos editoriais da grande imprensa, impossível concedê-lo. A história do Rio está cheia de exemplos recentes que mostram que a política de urbanização da cidade sempre se fez um prejuízo das camadas pobres e exploradas, principalmente dos favelados. Como acreditar em tanta promessa se na memória dos favelados da Maré ainda estão vivas diversas remoções de favelas, algumas feitas de forma criminosa e violenta?

A da Praia do Pinto, por exemplo, no Leblon, foi destruída por um incêndio até hoje não esclarecido mas que, segundo todas as versões, foi proposital. No seu lugar, erguem-se hoje cerca de 50 espigões que abrigam uma verdadeira cidade de profissionais liberais bem sucedidos, novos-ricos e oficiais das Forças Armadas — a chamada "Selva de Pedra". Os antigos moradores foram removidos para os subúrbios e zona oeste da cidade, principalmente para Cidade Alta, há 30 quilômetros de seus antigos trabalhos. Com o tempo, todos reformaram para a zona sul e reconstruíram seus barracos na favela da Rocinha — uma cidade com mais de 200 mil habitantes encravada entre São Conrado e o Leblon, duas áreas valorizadíssimas sob o ponto de vista imobiliário.

REMOÇÕES

O exemplo da Praia do Pinto não é único. De 1964 para cá, desde o Governo de Carlos Lacerda, foram removidos 26 mil barracos, de 80 favelas, atingindo 150 mil pessoas. Empurradas para as fronteiras do municí-

pio, afastadas do mercado de trabalho, completamente isoladas, e impossibilitadas de pagar as prestações da Cehab, estas pessoas acabaram retornando às favelas da zona sul.

Mas remover favelas, no Rio, vem se tornando uma tarefa cada vez mais difícil para as autoridades. A última tentativa, no Vidigal — uma favela na cobiçada encosta da Avenida Niemeyer, debruçada sobre o mar do Leblon, — foi respondida com uma pronta mobilização de seus moradores. Depois de dias de tensão, o então Governador Faria Lima foi obrigado a recuar. Por trás da remoção, justificada por problemas de segurança técnica (encosta perigosa e ameaça de deslizamentos), existia um projeto de construção de vários hotéis de luxo semelhantes aos vizinhos Nacional, Intercontinental e Shareton.

SÉRGIO DOURADO

Na verdade, a pergunta é sempre uma só: o que está por trás do projeto? O que Sérgio Dourado vai lucrar com isso? Estas perguntas são feitas hoje em relação a qualquer projeto urbanístico no Rio. A cidade foi de tal modo descaracterizada pela especulação imobiliária que seus governantes estão completamente desmoralizados. E quem mais apanhou com tudo isto foram exatamente os favelados. Como acreditar agora nas palavras do Governo? Ainda mais quando seu porta-voz é Mário Andreazza.

O primeiro grande problema é realmente ver o chamado Projeto-Rio no papel. Enquanto isso não acontecer, tudo é especulação, balão de ensaio. Mesmo que as casas sejam tão baratas, resta uma pergunta: a quem pertencerão? Aos favelados ou ao BNH? Vale lembrar, a este respeito, uma declaração do Ministro:

—O BNH deverá financiar a obra e em troca o domínio das áreas reverterá em seu benefício, afastando-se as possibilidades de risco, uma vez que o próprio projeto de recuperação será suficiente para deflagrar um processo auto-sustentado de valorização, possivelmente superior a qualquer outra forma de remuneração do capital.

URBANIZAÇÃO

Mas os favelados duvidam dos propósitos do Governo. Como disse dona Maria Sergipana, moradora de Parque União, "a área vale bilhões e eles estão de olho nestas terras". O preço do metro quadrado nestas favelas vale, hoje, cerca de Cr\$ 130,00. Do outro lado da Avenida Brasil, o preço do metro quadrado está avassalador em Cr\$ 5 mil. Aterrada e urbanizada, os sete quilômetros da orla marítima valerão fortunas incalculáveis. Quem garante que o Governo vai manter toda esta população de baixa renda numa área tão valorizada? Os favelados não acreditam.

Vale lembrar que projetos urbanísticos para a região são velhos, alguns datam de 20 anos atrás. Quase todos apontavam para o que seria a "vocação natural" da região: se tornar área industrial. A duplicação da Avenida Brasil valorizaria ainda mais toda a região.

O fantasma da remoção ronda, hoje, estes 250 mil favelados. E contra a remoção eles começam a se unir, superando as divergências entre as favelas, as limitações políticas das diretorias das associações de moradores e os diferentes interesses dos próprios favelados, alguns proprietários e uma boa parte inquilinos. A palavra de ordem é uma só: "remoção, não; queremos urbanização". Ninguém é contra as melhorias na área, os aterros, os espaços de lazer. Qualquer morador de palafita aspira morar em uma casa digna, mesmo que humilde. O que ninguém quer é sair dali. É ponto final.

MÁRIO Andreazza, Ministro do Interior, acaba de anunciar o que será, com certeza, o maior projeto urbanístico do Governo Figueiredo: o aterro de 2.300 hectares de mangues e lodocais que margeiam a Baía da Guanabara ao longo da Avenida Brasil. O plano — denominado pela grande imprensa como Projeto-Rio — afetará diretamente 250 mil pessoas que vivem hoje em nove favelas da área da Maré, algumas de palafita. Em seu lugar, o Ministro da Ponte Rio-Niterói e da Transamazônica promete bairros bem planejados para os atuais favelados, grandes áreas de lazer, novas praias, zonas industriais e a duplicação da Avenida Brasil, completamente saturada pelo tráfego de veículos que vêm dos subúrbios e da Baixada Fluminense para o centro da cidade.

Para se ter uma idéia da magnitude do Projeto, ele está estimado inicialmente em 3.391 bilhões de cruzeiros. Este investimento será feito pelo BNH e os detalhes do Projeto estão sendo coordenados conjuntamente pela Prefeitura do Rio e a Secretaria Estadual de Obras. Participarão ainda, professores da UFRJ, universitários do Projeto Rondon e uma dezena de organismos de planejamento, obras e assistência social do município e do estado. Mais um projeto faraônico de Mário Andreazza?

COMO SEMPRE, SURPRESA

Pegos de surpresa, os favelados ainda não conseguiram responder com precisão ao Projeto. É bom? Realmente beneficiará esta população, hoje uma das mais pobres da cidade? Ou será mais uma tramóia de "seu" Andreazza, agora conconunado com Chagas Freitas, o Governador do Estado, e Israel Klabin, o Prefeito? Mesmo urbanistas que acompanham o dia-a-dia da cidade não conseguiram se posicionar sobre o plano e por uma razão bem simples: ele ainda não foi colocado oficialmente no papel. O que existe até agora são entrevistas e mais entrevistas, publicadas diariamente, e de forma orquestrada, pelos jornais cariocas, principalmente O Globo. Só uma semana depois de anunciado pela imprensa é que foi constituída uma comissão para começar a elaborar o Projeto.

Por enquanto, os favelados contam apenas com promessas e o pedido diário, repetido por autoridades de todos os escalões, de um voto de confiança no Governo Federal. Paralelo aos apelos e promessas, iniciou-se — dois meses antes do anúncio do Projeto — uma intensa campanha de propaganda junto ao resto da população buscando sensibilizá-la. Desde abril que as imagens dramáticas destas favelas escolhidas a dedo, estão estampadas em todos os jornais e são transmitidas pelos televisores. O próprio prefeito, logo depois que assumiu, percorreu a região, acompanhado de repórteres e cinegrafistas, e mostrou, de forma inequívoca, sua indignação.

MISÉRIA

A zona da Maré, sete quilômetros de favelas entre a ponta do Caju, perto da Rodoviária, e a entrada da Ilha do Governador, é, na verdade, uma das áreas mais abandonadas do Rio. Uma parte de sua população vive, literalmente, sobre os mangues, convivendo com fezes, ratos e restos de lixo. Na parte da tarde, quando a maré enche, os barracos ficam com seus pisos cobertos de lama e água apodrecida. Erguidos sobre palafitas, construídos com madeiras de entulho, vagabundas, estes barracos estão apodrecidos, a maior parte deles sem qualquer segurança. Neles, vivem nordestinos, migran-

ARGENTINA: 57 GESTANTES ENTRE OS "DESAPARECIDOS"

Gravidez não evita choque elétrico

Como atingir três gerações com apenas um golpe de repressão? A resposta a esta indagação está contida num estudo que o cardeal Paulo Arns acaba de receber, acerca do "desaparecimento" de mulheres grávidas na Argentina, sequestradas, comprovou-se que a condição de gestante em nada altera a violência policial, o que afeta tanto os pais, quanto o próprio feto e futuro (?) recém-nascido e também os avós. Apenas cinco famílias souberam do desenlace da gravidez e, destas duas conseguiram receber os recém-nascidos.

Por Flaminio Fantini

O jornal argentino La Nación publicou, recentemente, em forma de anúncio, um patético memorial de duas avós "de uma criatura nascida no cativeiro". Seus filhos Roberto e Patricia foram sequestrados, exatamente um ano antes, pela política. Uma particularidade acentuava a angústia — já rotineira entre os familiares de 30 mil "desaparecidos" da Argentina — de Ilda A. Velazquez de Toranzo e Maria A. R. de Palacin, as assinantes da interpeleção pública às autoridades:

— Patricia esperava um filho — assinala o texto. Nosso primeiro neto. Deve ter nascido em outubro último. Queremos saber onde está ele. Que fizeram com ele. Que ambiente o estão criando. Que destino lhe reservam.

Visando ilustrar como a repressão política pode "em um só ato destruir a toda uma família em suas três gerações", esse memorial consta de um singular estudo estatístico acerca da ação dos órgãos de segurança da Argentina, que acaba de ser encaminhado ao cardeal D. Paulo Evaristo Arns, de São Paulo, através do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul.

Patricia é um dos 57 casos de mulheres "desaparecidas" — que estavam grávidas no momento da detenção — nos quais baseou-se o estudo, formulado para apresentação perante a Comissão Inter-Americana de Direitos Humanos da OEA pelos familiares das vítimas.

Ela figura como o 45.o nome do dossiê, presa aos 25 anos de idade e aos três meses de gravidez. Como Patricia, existem 42,5% dos casos, isto é, pertencentes à faixa etária de 21 a 25 anos, a mais numerosa. Por outro lado, igual a ela, numa classificação pelo período de gestação, encontram-se 27,5% dos casos apurados. (Ver a tabela). As três gerações atingidas constituem-se, é claro, da sua e de seu marido, e do recém-nascido, e a dos avós deste último.

A ROTINA DA VIOLÊNCIA

Depois de verificar detidamente caso por caso, o informe conclui que "o fato de levar um filho em suas entranhas, não melhora o trato que recebe a mulher por parte das forças que intervêm na operação repressiva". Há poucos meses ou semanas antes de dar à luz — em um dos casos, cinco dias antes — a futura mãe é jogada com a mesma violência que seu marido num porta-mala de um carro e desaparece com destino desconhecido.

"Gostariamos de acreditar que a gravidez, uma realidade biológica respeitada por todas as culturas, inclusive as mais primitivas, isentasse a estas mulheres do choque elétrico", diz o informe. Mas, "as condições impostas durante a detenção acabam por prejudicar seriamente a futura mãe e ao filho, tanto do ponto de vista físico como psíquico".

Em todos os casos estudados, os procedimentos no sequestro reproduziram as características próprias deste tipo de ação, independente da condição de gestante das atividades, a começar do emprego de efetivo fortemente armado, protegidos até por coletes à prova de bala, que se deslocavam, em vários automóveis, sem identificação. Registrou-se também várias vezes o emprego de disparos intimidatórios, interrupção do trânsito com megafones ou faixas, bem como o roubo de bens de família afetada, invasão de domicílios de outros familiares ou amigos das vítimas, sequestro de outros membros da família, posteriormente liberados ou cujo cadáver é entregue por forças da segurança.

Enfim, a violência peculiar aos sequestros políticos. O estudo entregue a D. Paulo Arns constata que, nestes casos, entretanto "nada é comparável à tortura espiritual a que está submetida a mulher, quando no cativeiro vê chegar a hora do parto, sem saber qual será o destino desse ser, cujo nascimento tanto havia desejado e por cuja vida se sente responsável". Em certa medida, também os avós compartilham dessa aflição.

O DESTINO DAS CRIANÇAS

Em apenas cinco dos 57 casos, os familiares das gestantes tiveram conhecimento do desenlace da gravidez. Por duas vezes, os órgãos de segurança fizeram chegar aos avós os recém-nascidos, três dias e cinco meses, respectivamente, após o parto. Nos outros três casos, os avós tiveram notícias extra-oficiais do nascimento do seu neto, certamente através de fontes que participaram ou tiveram acesso ao parto.

Nada se soube dos demais, apesar das numerosas ações legais interpostas e as iniciativas individuais realizadas pelos familiares, que continuam recorrendo incansavelmente aos juizados de menores, creches, asilos. O estudo formulou, friamente, a seguintes hipóteses do destino:

- a) nascimento da criança ao término dos nove meses e que compartilha agora da detenção e incomunicabilidade da mãe;
- b) Morte ou transferência da mãe, mas entrega do filho nascido nessas circunstâncias a pessoas alheias ao grupo familiar ou a instituições públicas;
- c) Morte da mãe e/ou da criatura que leva em seu ventre, como consequência de maus tratos, crime deliberado ou de sentença penal.

Sobre a primeira hipótese, a mais otimista, os familiares das gestantes desaparecidas consideram "óbvios os prejuízos físicos e espirituais que tal situação provoca na criança, comprometendo perigosamente seu desenvolvimento normal, assim como o equilíbrio psíquico da mãe". Por outro lado, nestes casos, eles exigem um esclarecimento acerca da legitimidade da medida, isto é, "que jurisdição decidiu segregar a criança de seu grupo familiar, (avós, irmãos, pai, etc.) em evidente choque com as leis que estabelecem a proteção e promoção da família, célula fundamental da nossa sociedade".

Proseguindo na argumentação jurídica, o estudo lembra que "a possível entrega dessas crianças a pais adotivos ou à tutela estatal levanta problemas ainda mais delicados", na ocorrência da segunda hipótese. "A suspensão do pátrio poder não pode estabelecer-se à margem das prescrições legais do Código Civil, sem intervenção do juiz competente e do defensor de menores. Não pode negar-se aos familiares o direito preferencial no outorgamento da tutela, assegurando assim a preservação da família", sustenta o estudo. E mais: "ainda que resulte inconcebível admitir que no caso de crianças tão pequenas interfiram foros especiais ou tribunais informação, nenhuma das medidas assinaladas foram tomadas nos casos a que nos referimos, com exceção de um deles".

E finalmente, a terceira hipótese mereceu o seguinte comentário: "Mais inadmissível ainda, dentro de sua aterradora simplicidade. Já não seria preciso

perguntar que com poder e com que objetivo condenaram estas crianças a um cativeiro desumano, ou se tem privado de seu grupo familiar legítimo. Simplesmente mataram do mesmo modo que as suas mães. Tal foi o resultado de um dos casos, como se pode comprovar pela entrega do cadáver materno a seus familiares".

Mulheres grávidas "desaparecidas" na Argentina			
Idade das gestantes	%	Tempo de gravidez	%
de 18 a 20 anos	17,5	Menos de 3 meses	12,5
de 21 a 25 anos	42,5	de 3 a 5 meses	27,5
de 26 a 30 anos	32,5	de 5 a 7 meses	37,5
mais de 30 anos	7,5	de 7 a 9 meses	22,5

SOLICITADA
LAS MADRES DE ROBERTO TORANZO Y PATRICIA DINA PALACIN DE TORANZO LAS ABUELAS DE LA CRIATURA NACIDA EN EL CAUTIVERIO

Hace un año nuestros hijos no regresaron. Personas desconocidas, inhábiles, intocables, practicaron una vez más, el oscuro ejercicio de su poder y les llegó a Roberto y Patricia, el turno de desaparecer. Un hecho de rutina. Archivaron nuestras denuncias. Rechazaron los Hábeas Corpus.

Nuestros hijos son trabajadores y estudiantes, ella es Docente, él es Técnico y alumno de Ingeniería. Son conocidos y queridos por numerosos compañeros, amigos y familiares. Nada tienen que ocultar. Nada de qué avergonzarse. Constrúan un hogar. Forjaban la Patria. Piensan. Tienen legítimos ideales. Si fueron detenidos por ello, entonces tienen mucho trabajo por delante los secuestradores. Les resta por secuestrar a una inmensa mayoría de jóvenes argentinos.

¡ Patricia esperaba un hijo. Nuestro primer neto. Debe haber nacido en octubre último. Quisieramos saber donde está. Qué han hecho con él. En qué ambiente lo están criando. Qué destino le reservan.

No entendemos de política. Pero, durante todo un año hemos visto, pensado y aprendido mucho. Creemos que algo tiene que ver el destino de nuestros hijos con el de toda la Nación. Creemos que una sociedad que esconde y tamera la barbarie va preparando su propia destrucción, porque se hace cómplice. Porque las personas más capaces y prestigiosas se habitan a callar. Mientras tanto, los más inescrupulosos y prepotentes, los sanguinarios y los cobardes se van haciendo fuertes. Se van haciendo dueños.

Quisieramos que para este 5 de abril, después de año de enrustia se nos conceda tan solo esto: QUE IMPERE LA LEY, PARA NUESTROS HIJOS, PARA NUESTRO NIETO, PARA TODOS LOS HABITANTES DE ESTA TIERRA.

AMBICIONAMOS UNA PATRIA LIBRE, ORGULLOSA, CON HOMBRES QUE LEVANTEN SUS VOCES PARA QUE IMPERE POR SIEMPRE LA JUSTICIA Y LA PAZ.

ILDA A. VELAZQUEZ DE TORANZO **MARIA A. R. DE PALACIN**

Esta solicitud fue costada con los aportes de concele... familiares y por personas que no conocen a nuestros hijos

A esquerda revolucionária, e frequentemente acusada de imposição mecânica sobre a realidade dos países capitalistas da Europa Ocidental, de um "modelo" proveniente da revolução russa: colapso do estado, ascensão dos Soviets, duplo poder, marginalização dos reformistas e desenvolvimento do conflito entre o poder soviético e o poder burguês até um confronto. Contudo, continua o argumento, as formações sociais em questão são tão diferentes que não faz sentido impor um modelo bolchevique, nem adota um modelo de guerrilha maoísta ou um modelo que avista ou vietnamita. Portanto, a especificidade destas sociedades capitalistas requerer uma estratégia específica e diferente para a conquista do poder. O que é que você pensa disso?

— Ai há várias questões. Precisamos distinguir entre o que é especificamente russo e o que é universal no "modelo" ou esquema da revolução russa. Não era especificamente russa a duração da crise revolucionária, nem a forma soviética de auto-organização das massas, nem a tática utilizada pelos bolcheviques para ganhar a maioria, nem a forma concreta de decomposição do estado burguês. Isso não é uma afirmação dogmática mas uma conclusão que pode ser tirada da experiência histórica de mais de meio século. Todas as características que listei, e mais algumas outras, podem ser encontradas na revolução alemã de 1917-23, na revolução espanhola de 1936-37 e, de maneira mais embrionária, na revolução portuguesa. Sinais prematuros de seu desenvolvimento podem ser vistos nos acontecimentos de 1920 na Itália, no movimento revolucionário na França no fim da Segunda Guerra Mundial e também em Maio de 1968 na França. Eis porque consideramos ser esta a mais provável forma da crise revolucionária na Europa Ocidental.

Similarmente, a extensão da decomposição do aparelho tsarista/burguês na Rússia entre fevereiro e outubro de 1917 não é peculiar à formação social russa. É um fenômeno que ocorreu em toda crise revolucionária da Europa Ocidental que mencionamos — talvez de diferentes formas mas, com a mesma e, algumas vezes, maior articulação dinâmica. Assim, em 1975, as forças repressivas em Portugal estavam mais paralisadas e o aparelho do estado burguês num estágio mais avançado de decomposição do que o aparelho tsarista/burguês entre fevereiro e outubro. Não estou aqui negando a evidente força intrínseca e estabilidade do estado burguês e da ordem social no Ocidente, em tempos normais. Mas, precisamente porque esta força é dependente desta "normalidade", quando o "paz" social é abalada, como em maio de 68 na França por exemplo.

O específico na Rússia era o pouco peso da classe operária

O que foi, sem dúvida, peculiar à Rússia, não foi a facilidade que os bolcheviques tiveram para tomar o poder, mas ao contrário, as grandes dificuldades que enfrentaram na noite e sobretudo no dia seguinte à tomada do poder — comparada com as possibilidades existentes nos países capitalistas de hoje. A peculiaridade da Rússia se manifesta sobretudo no peso limitado da classe operária na população ativa total. Isto quer dizer que os bolcheviques, puderam apresentar uma maioria absoluta nos soviets, enquanto eram uma minoria política no país — situação impensável num país capitalista. Na Inglaterra, França ou Itália seria impossível um partido ter 65 por cento de votos nos conselhos de trabalhadores eleitos em cada cidade pelo sufrágio universal e ao mesmo tempo ter 20 ou 30 por cento de votos da população total. O que era também peculiar à formação social russa era a existência de um imenso contingente de camponeses com base rural para a reconstrução de um exército contra-revolucionário e para a tentativa de reconquistar as cidades. A estrutura social da maioria dos países do Oeste Europeu torna isso igualmente impensável.

Outra peculiaridade da formação social russa era o baixo nível de preparação técnica, cultural e também política da classe operária para o exercício direto do poder político e econômico com relação ao que existe nos países capitalistas. Ainda outra característica específica era o contexto mundial da revolução russa. Minha conclusão deste balanço histórico, então, é que a "estratégia leninista", ou o que eu vejo como essência do leninismo.

— Em todos os países capitalistas as massas mostraram um forte apego à democracia representativa da burguesia, à "democracia formal". É exatamente como se as massas populares tivessem elas mesmas assimilado o preceito burguês: "a república democrática pode ser um regime terrível mas ele é, sem dúvida, o menos terrível de todos eles. Esta ligação é especialmente forte na França onde o regime parlamentar e os ganhos democráticos não são suntuosas concessões feitas às massas mas o resultado de lutas revolucionárias populares. Esse apego das massas aos princípios da democracia representativa da burguesia e mesmo das instituições e procedimentos que ela envolve constitui um sério obstáculo no caminho da destruição do estado burguês e da instalação da democracia socialista. Você pode explicar o caminho dessa ilusão democrática das massas e como ela pode ser superada?

De modo geral, precisamos procurar criar uma ruptura radical entre, de um lado, a defesa das liberdades democráticas e atividades próprias da classe operária — tudo que seja para a maior, mais livre, ampla, espontânea e auto-determinada ati-

vidade das massas — e de outro lado, as instituições do estado burguês. Isto é sem dúvida como o ovo e a galinha. É precisamente a situação revolucionária que pode fazer essa ruptura não somente possível mas até relativamente simples e inevitável. Esta é a lição da revolução portuguesa e será afirmado do mesmo modo nas futuras revoluções na Espanha, Itália e França.

O apego à democracia parlamentar burguesa

É irresponsável e mesmo criminoso para os revolucionários procurar opor o conceito de "ditadura do proletariado" ou "poder do povo" às liberdades democráticas. Ao contrário, qualquer tática ou iniciativa de revolucionários que permita às massas aprender por sua própria experiência, que a extensão de sua própria liberdade vai contra as restritivas instituições da democracia burguesa, não é somente útil mas até indispensável. O mais simbólico e sintético exemplo é o da liberdade de imprensa:

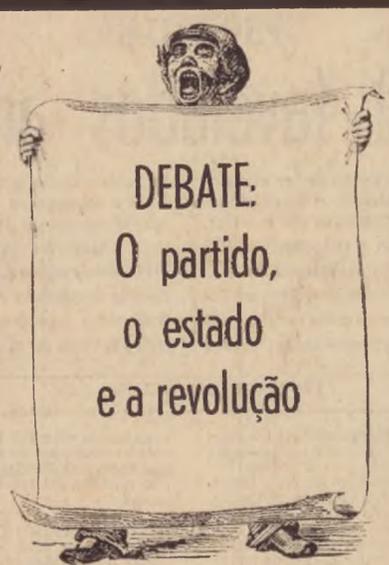
Os trabalhadores precisam expressar-se livremente através da imprensa — mesmo se não têm um jornal ou dinheiro para fundar um e, mesmo se não têm meios para se expressar com a mesma regularidade de como partidos políticos. Em outras palavras, nosso objetivo é romper o monopólio da propriedade privada e mesmo da propriedade dos partidos políticos, não no sentido de tirar o direito de expressão dos que já o têm mas, no sentido de estender esses direitos aos outros. Assim, a despeito de todo erro cometido pelas lideranças centristas e de extrema esquerda portuguesas nesse aspecto, elas tiveram contribuições extremamente positivas e democráticas pelo fato de ter havido uma estação de rádio capaz de divulgar as lutas operárias e as reivindicações e resoluções de qualquer grupo operário sem controle pelo censor do governo ou de um quartel general partidário. Há, nesta mesma linha, o jornal Izvestia, fundado durante a revolução russa.

Considerável habilidade política e autoridade de um partido de vanguarda são requisitos para serem usados como exemplo a ser mostrado na prática às massas de que a revolução está ampliando as liberdades democráticas. Para mostrar que são os defensores da propriedade privada, a absoluta autoridade do parlamento a posição do monopólio dos partidos políticos que de fato tentam limitar essas liberdades e impedem as massas de atingir maior grau de liberdade, importância política e poder que aquele adquirido na república democrática-burguesa. Esta conclusão somente pode ser concretizada num longo período de dualidade de poder, durante o qual tais experiências entram na consciência das massas e são internalizadas por um número suficiente de operários.

Somente uma experiência realmente vivida, e que vá além de resoluções, jornais e artigos de propaganda, pode fazer isso acontecer. Milhares e milhares de trabalhadores precisam compreender, através de sua própria experiência, que a prática da democracia proletária não pode estar confinada nos limites da democracia burguesa. Isto nos coloca, face à questão da duração da dualidade de poder e aqui a lembrança histórica nos força a olhar a experiência russa como excepcional. Um período de seis ou sete meses é muito pouco para um proletariado como o da Europa Ocidental abandonar progressivamente a legitimação da democracia burguesa em favor de uma nova e mais verdadeira legitimação, a da democracia proletária. Um longo período de dualidade de poder, talvez parcial e descontínuo, será necessário e pode se estender por alguns anos.

O aprendizado através do controle operário

Finalmente, gostaria de enfatizar a importância absolutamente decisiva do controle operário. Ainda que a relação entre proletariado e democracia burguesa, em outras palavras, o problema do estado — aparece para os revolucionários como um enorme problema político, de fato a mediação do cotidiano, de real valor pedagógico para a classe operária, não é puramente política. Até a liberdade de imprensa nunca foi uma pura abstração política para a classe operária. É a liberdade de falar que é de interesse imediato para o operário. Refletir sobre o que lhe é próximo, suas preocupações imediatas, seu dia-a-dia, suas reivindicações, lutas e experiências. A liberdade de imprensa não é para o operário uma liberdade absoluta e abstrata de falar o que lhe passa pela cabeça, mas a liberdade concreta de valorizar coisas concretas — lutas reivindicações e conquistas. Isto está ligado ao



O leninismo em questão

A democracia direta é a essência da ditadura do proletariado

A estratégia leninista para a tomada do poder e construção do socialismo não é de forma alguma uma fórmula adequada tão somente ao caso da Rússia do início do século e portanto uma peça de museu para o mundo capitalista contemporâneo. Pelo contrário, o específico da revolução russa são as limitações que o atraso do país impôs ao leninismo e que hoje portanto não se encontram mais como obstáculos à ditadura do proletariado nos países da Europa Ocidental. É a opinião de Ernest Mandel, teórico e militante socialista belga, dirigente da IV Internacional, que aqui discute a atualidade do leninismo, sua essência, seus equívocos bem como as salvaguardas que se fazem necessárias diante dos desvios burocráticos que vieram a degenerar as experiências socialistas contemporâneas. O debate ganha especial importância e oportunidade neste momento em que a imprensa burguesa brasileira vem abrindo uma saraivada de críticas já não somente ao leninismo, mas ao próprio Marx, numa intensidade para muitos espantosa. A entrevista reproduzida parcialmente foi realizada por Henri Weber, dirigente da Liga Comunista Revolucionária da França, e publicada inicialmente na Revista Critique Comuniste n.º 8/9.

controle operário, como papel chave num período de dualidade de poder, pois é assim que se preparou a classe para o exercício do poder. Sem dúvida, não somos nem economistas, nem espontaneístas e compreendemos o caráter embrionário, fragmentado, inadequado e quase utópico do controle operário. Contudo ele se constituiu num treinamento prático de incalculável valor. O controle operário não se envolve simplesmente com minúcias da empresa, ele se estende a setores vitais, em particular aos serviços públicos e o potencial revolucionário se torna enorme. O controle operário sobre os bancos, transporte coletivo, estações de eletricidade e televisão — para dar apenas quatro exemplos — vai chegar ao fundo todo o cotidiano da nação moderna. É através desta aprendizagem que os operários vão continuamente perceber a autoridade restritiva e repressiva do estado democrático-burguês mesmo se ele é governado por partidos de trabalhadores. É aí que aprenderão os limites da democracia burguesa e a necessidade de substituí-la.

— Talvez outra razão para essas ilusões democráticas seja que a superioridade da democracia soviética sobre a democracia burguesa nunca tenha sido convenientemente demonstrada aos operários — tem na propaganda, nem na prática. Estamos acostumados a falar da democracia soviética como "milhares de oportunidades superiores à mais democrática forma de democracia burguesa" (Lenin), mas isso pode frequentemente parecer ser somente o começo do problema. Em que medida nossa crítica ao caráter formal da democracia burguesa não se aplica também à democracia soviética, pois se algum tipo de divisão de trabalho é necessário isto leva a se ter que adotar formas de representação e delegação. O que emerge de uma análise clara dos primeiros meses da revolução russa é 1º) que os delegados de base se tornam rapidamente aliados das assembleias gerais dos primeiros soviets, incluindo o de Petrogrado (veja, por exemplo, as constantes chamadas na imprensa soviética aos delegados, para que compareçam às assembleias); 2º) este poder passa por enorme concentração no corpo executivo de cúpula. Pode-se listar uma enorme série de indicações de que um sistema democrático soviético baseado em tal forma de delegação de poder também proporciona a expropriação política e manipulação das massas e a usurpação do poder. Em que medida esta a Quarta Internacional ciente desse perigo e como vai procurar evitar isso e assegurar uma democracia tão real quanto possível?

— Primeiramente o argumento que diz que a superioridade da democracia soviética "não foi demons-

trada na prática" e totalmente anacrônico. Sem dúvida a atual geração de operários não teve tal experiência e pode algumas vezes parecer artificial justapor o que existe, embora de forma imperfeita, ao que não se vê. Contudo podemos nos lembrar que a classe operária internacional viveu várias, concretas e profundas experiências de democracia direta e foi submetida ao teste da prática e da demonstração dessa superioridade sobre a democracia burguesa. Um exemplo, entre muitos. Entre julho de 1936 e maio de 1937, os comitês espanhóis, especialmente catalães, desenvolveram a experiência da democracia direta, em numerosos campos — em particular, em administrações locais, industriais, serviços públicos e saúde e perceberam ser um grande benefício para as massas espanholas. Não é amplamente conhecido que sob a administração do operariado a produção industrial cresceu muito e que o funcionamento de restaurantes, teatros, educação, saúde e justiça em Barcelona — comprovado por, entre outros, nosso camarada Andres Nin — era um notável exemplo de ampla participação das massas na tarefa do desenvolvimento. Existe enorme literatura sobre experiências extremamente avançadas de democracia proletária (e não somente nos escritos semi-mitológicos ou de autores anarquistas).

A superioridade da democracia soviética está comprovada

Mais sério é o argumento de que a própria democracia soviética direta sustentada elementos da democracia indireta e nisso está baseada a delegação de poder e a estrutura piramidal. Penso que precisamos usar a experiência histórica e o progresso na teoria política da última metade de século para desenvolver a resposta de Lenin no Estado e Revolução. Há três salvaguardas básicas que reduzem a força do argumento, se não o eliminam. Penso que não devemos nos esquecer de que, em última análise, o argumento aponta para o contrário: o real no papel do estado proletário como a última forma histórica de estado é uma forma de estado que começa, mas não é mais a forma do estado, na qual se vê "destaamentos especiais de homens exercendo funções repressivas". No entanto, não estamos cegos aos limites da democracia proletária, da mesma maneira como não estava Lenin. Na medida em que o estado não desaparece de uma vez, na

medida em que ele sobrevive, assim, da mesma maneira, o direito burguês e elementos de burocracia sobrevivem. A experiência da revolução russa, o pesadelo do stalinismo e o aprofundamento de nossa compreensão do fenômeno da burocracia, devem alertar-nos para a necessidade de salvaguardas adicionais àquelas previstas por Marx e Lenin: a elegibilidade para todos os postos de comando estatal, a possibilidade de destituição de todos os delegados, a redução de seus rendimentos ao nível do salário médio e uma rotação mais ou menos ligeira de delegados.

A primeira e talvez mais importante destas três salvaguardas adicionais, é que o estado da ditadura do proletariado deve, desde o início, ser um estado em ruptura. Esta ruptura é a forma concreta de seu desaparecimento. O que eu quero dizer com isto é que a centralização de poder já é justificável somente para um certo espectro de problemas demarcados estritamente. Deve ser o Congresso de Conselho Operário quem toma decisões relativas à alocação dos recursos nacionais. Pois é a classe operária quem suporta o sacrifício de não consumir uma parcela daquilo que ela produz, e portanto cabe à classe operária decidir a extensão do sacrifício que está preparada para aceitar. Mas uma vez decidido dedicar 7%, 10% ou 12% da condução nacional para a educação ou a saúde, não há absolutamente necessidade de administração estatal do orçamento da educação ou saúde. Não há a menor necessidade do Congresso de Conselhos Operários assumir esta tarefa de administração, que pode ser muito melhor assumida no nível mais democrático dos conselhos de escola ou educação superior, e dos conselhos de médicos e pacientes. As pessoas que ocupam estes postos serão diferentes daquelas que são delegadas do Congresso de Conselhos Operários. Este rompimento das funções do estado central, significa que dezenas de conselhos estarão se reunindo ao mesmo tempo e envolvendo dezenas de milhares de pessoas numa escala nacional e continental. E na medida em que este mesmo tipo de processo estará ocorrendo a nível regional e municipal, esta ruptura permitirá centenas de milhares ou mesmo milhões de pessoas a participarem do exercício direto do poder.

A segunda salvaguarda importante é uma atenção muito maior ao problema da rotação de postos do que foi possível, aos bolcheviques, que se defrontaram com uma classe operária que era culturalmente subdesenvolvida e minoria da população. Nos países industrialmente avançados, será possível uma aplicação muito mais radical do princípio de rotação de postos do que por exemplo na Jugoslávia. Se este princípio é rigidamente aplicado (por exemplo pela proibição de eleição do mesmo delegado mais do que duas vezes) então, após um certo número de anos, uma grande parte do povo terá verdadeiramente sido envolvida no exercício do poder nos vários congressos e outras assembleias. A idéia da participação de todos os trabalhadores no exercício direto do poder assumirá pois uma forma concreta.

As condições materiais para uma efetiva auto-gestão

Em terceiro lugar, eu sempre tive muitas reservas a respeito da formulação: a divisão social do trabalho continua inevitável. Creio que há uma falta de clareza conceitual nesta questão, através da frequente confusão entre o termo divisão social do trabalho com aquilo que eu chamaria de divisão ocupacional do trabalho, ou profissionalização ou diversidade de atividade ocupacional. A divisão social do trabalho se refere a funções sociais qualitativamente diferentes, que em última instância podem se reduzir às funções de produção e administração (ou acumulação). Portanto, embora a divisão ocupacional do trabalho não possa ser superada na primeira fase do socialismo, nossa meta é começar imediatamente a superação da divisão social do trabalho — este é todo o significado do termo auto-gestão. E para isto é necessário assegurar as condições materiais adequadas, muito mais do que especular sobre o nível de maturidade, de preparação ou não preparação da classe operária, etc.

É claro que estas condições ma-

teriais existem. Em primeiro lugar, deve ocorrer uma redução imediata no tempo de trabalho, o que permitirá aos trabalhadores entrar nos soviets e frequentar os congressos. Se trabalham 8 ou 9 horas por dia, mais 2 ou 3 horas de tempo de transporte, então, não podem se envolver na administração e gestão. Um dia de trabalho longo significa a divisão da sociedade entre aqueles que produzem e aqueles que gerem: o que inevitavelmente significa a sobrevivência de políticos profissionais nos soviets. Somente a redução do dia de trabalho pela metade criaria as condições para uma verdadeira gestão democrática, o que quer dizer, o envolvimento de centenas de milhares ou milhões de trabalhadores na gestão da economia e do estado.

Outra condição material é a ruptura do monopólio de informação, o que é apenas um lado do monopólio da cultura. Graças ao processamento de dados, computadores eletrônicos e televisão, hoje, é muito mais fácil do que na época de Lenin, tornar disponível a todos as informações de todo tipo, e portanto tornar possível a gestão da economia, do estado e da sociedade pelos trabalhadores. Esta participação dos trabalhadores será facilitada materialmente pela supressão de toda uma série de obstáculos culturais, através da extensão do período de educação escolar, da revolução da educação, da eliminação da divisão entre o ingresso da juventude nas escolas e os adultos, etc.

A redução do tempo de trabalho é vital para a democracia

Uma condição adicional requerida considerável inovação: a constituição socialista deve designar a maioria dos postos (pelo menos nos órgãos que exercem o poder central do estado) a pessoas engajadas na atividade produtiva — não somente os trabalhadores masculinos mas também as mulheres. Esta é uma salvaguarda indispensável, porque em última instância a burocratização está baseada na profissionalização de funções administrativas. A única maneira de enfrentar isto é fazendo com que a maioria daqueles que exercem o poder político central continuem trabalhando na produção, o que é claro, somente será possível se acompanhado da ruptura das funções administrativas que mencionei anteriormente. Uma vez todas estas medidas postas em prática, as bases da burocratização estarão consideravelmente reduzidas.

Um problema adicional que deve ser enfrentado é se uma revolução socialista pode ir adiante simultaneamente com um crescimento e não um declínio das forças produtivas. A questão já era relevante nos debates entre bolcheviques e mencheviques e continuou ocupando revolucionários, centristas e ultra-esquerdas ao longo dos últimos 55 anos. Muitas das teorizações dogmáticas da experiência russa de 1917-19, especialmente por Bukarin, mas também por Bordiga e outros líderes revolucionários do período baseavam-se na afirmação de que um declínio das forças produtivas era inevitável durante uma revolução socialista.

Deixarei para outros se pronunciarem a respeito das "leis inevitáveis da história", mas nas condições presentes, extremamente favoráveis para a revolução socialista na Europa Ocidental, uma tal hipótese não tem muita credibilidade. A menos que houvesse uma eclosão de uma guerra nuclear ou uma intervenção militar com bombardeios em grande escala, não há razões para se supor que uma revolução socialista na Espanha, Itália ou França seja acompanhada por um declínio na produção material. Pelo contrário, o desenvolvimento das forças produtivas no pós-guerra tem confirmado que o sistema industrial construído pela burguesia oculta várias reservas de expansão da produção.

Assim, não é de todo utópico antecipar uma significativa redução da jornada de trabalho simultaneamente com um aumento na produção material. Estou convencido de que a realização destas tarefas será grandemente facilitada pela introdução da gestão operária, do desenvolvimento da iniciativa dos trabalhadores, e do florescimento do espírito de auto-organização e criatividade entre as amplas massas no campo da tecnologia e da organização do trabalho.



com discursando em Petrogrado em 1919

NICARÁGUA

Os caminhos tortuosos de uma Revolução

Quando os confrontos armados iniciaram-se em setembro do ano passado, as massas nicaraguenses já estavam resistindo há meses e a repressão não mais conseguia paralisá-las. Os assassinatos cometidos pela Guarda Nacional serviam, ao contrário, apenas para dar novo ímpeto à luta. As novas medidas repressivas tomadas pelo exército levavam-nas a buscar novas formas de organização e luta.

Muitos acreditaram que se tratava do fim de Somoza. Os nicaraguenses lutaram dias a fio com uma grande coragem enfrentando a força militar do regime. Os melhores líderes naturais da massa juntavam-se à luta.

Milhares de nicaraguenses perderam suas vidas em setembro. Milhares fugiram do país para salvar suas vidas. Os jovens, potenciais integrantes da resistência tiveram que abandonar em massa as cidades para não serem exterminados. As organizações dos trabalhadores desintegraram-se completamente.

O reino de terror de Somoza impunha-se mais uma vez. A destruição das cidades, das fábricas e dos negócios aprofundou a crise social do regime. O desemprego em massa deteriorou brutalmente as condições de vida da população. A confiança da população em sua luta contra a ditadura cedeu lugar novamente ao medo. Mais de três meses após a repressão brutal nenhuma manifestação política teria lugar na Nicarágua. Mas a suspensão da luta seria temporária.

A agonia do somozismo se prolonga

Um governo é o produto das relações entre as classes. Somoza não pode escapar dessa lei de ferro. Seu regime é baseado na mais profunda instabilidade. Construído logo após a luta contra Sandino com o apoio direto do imperialismo americano, constituiu a base essencial do Estado Burguês Nicaraguense. Desenvolveu gigantescos e parasitários tentáculos que organizavam o crime e a corrupção em todos os níveis da sociedade.

O regime de Somoza sobreviveu no passado porque era a única forma de poder capaz de garantir a organização social capitalista e a dominação imperialista no país. Mas o exercício do poder de Somoza transformou-se num custoso e intolerável peso até para aqueles cujos interesses de classe ele defendia. Uma furiosa porém impotente coalizão burguesa organizou-se então contra Somoza. Os setores populares, com suas aspirações próprias por uma sociedade diferente canalizaram seus ataques por um caminho cada vez mais agressivo contra o regime. Pouco a pouco o regime de Somoza tornou-se socialmente isolado. Repudiado por todos só conseguiu manter-se todo esse tempo às custas do terror.

Isso não mudou com a derrota de setembro. Mas os interesses de classe daqueles que hoje se unem na destruição do somozismo são totalmente antagônicos.

Os trabalhadores, camponeses e as camadas médias empobrecidas desejam a destruição do regime com vistas à resolução de seus problemas sociais. A oposição dos proprietários de terra e dos capitalistas, por seu lado, querem apenas reforçar seus próprios privilégios. Querem substituir um regime que os rouba, que compete com eles com vantagem e que acima de tudo exacerba perigosamente a insatisfação entre os explorados.

Se a burguesia nicaraguense possuiu os meios para mudar o regime sem provocar uma gigantesca insurreição das massas ela já o teria feito.

Os métodos da oposição burguesa

Quando as massas juntaram-se à luta depois da morte de Pedro Joaquín Chamorro em janeiro de 1978, o conjunto das classes dominantes entendeu que havia chegado os últimos dias do regime e que somente elas constituíam uma alternativa válida para substituí-lo.

A crise do somozismo, que parece estar agora em sua reta final, veio se estendendo de maneira inusitada desde a morte de Pedro Joaquín Chamorro, em janeiro de 1978. Em setembro, a grande ofensiva guerrilheira dos sandinistas, apoiada massivamente pela população, levou a que todos apostassem na queda de Somoza. Mas este conseguiu se manter pela força. Aqui uma retrospectiva em 2 partes das várias questões presentes na revolução nicaraguense.

Por Fausto Amador e Sara Santiago



Sandinistas

Desta forma, tentou conseguir uma abertura através de compromissos com os imperialistas e de negociações com o próprio aparato somozista.

Em grande medida os oposicionistas burgueses foram bem sucedidos em estabelecer a si próprios como a única alternativa política ao regime de Somoza, aproveitando a ausência de um setor ou de um partido das massas oprimidas que estivesse lutando abertamente pelo seu próprio poder. De um modo ou de outro, todos os partidos e organizações que estavam em condições de influir nos acontecimentos pressionaram a substituição de Somoza em aliança com as forças burguesas.

Naturalmente, a própria burguesia esteve sempre ausente nos momentos de confronto entre as massas e o regime. Mas após cada batalha, assumindo a vantagem da fraqueza relativa na qual este se encontrava, figuras proeminentes da Frente Ampla Opositora (FAO) se beneficiavam invariavelmente com os resultados do confronto.

Esse padrão de comportamento continuou ocorrendo após os acontecimentos de setembro. A FAO, antes mesmo de terminar o massacre já havia corrido para os imperialistas. Pediu a intervenção externa. Em outubro, chegaram os "mediadores" na Nicarágua — uma comissão nomeada pela OEA para facilitar as negociações entre a oposição burguesa e os somozistas. Em 14 de outubro a FAO tornou pública sua proposta de solução da crise: a saída de Somoza e de sua família do país, a formação de um governo nacional e a implementação de um programa de 16 pontos que incluía vagas promessas de reforma agrária, a libertação dos presos políticos, etc. Mas o aparato da ditadura permanecia intacto. Nem mesmo o próprio partido de Somoza, o Partido Liberal, seria excluído. Como o "La Prensa", órgão da FAO, deixou claro em seu editorial de 25 de outubro:

"Todos os setores estão convidados a juntarem-se à grande tarefa histórica de construção da democracia. Isto inclui o Partido Liberal, que para tanto deve libertar-se dos interesses do somozismo".

Mas o Partido Liberal é o próprio aparato político de Somoza. É a ditadura sob a forma de partido. A FAO, evidentemente sabia disso, mas a única condição que estabelecia para a sua participação num novo governo era a retirada de Somoza.

Pouco depois, ela foi obrigada a "esclarecer" sua proposta no "La Prensa" de 28 de outubro:

"...certos círculos políticos argumentaram a propósito do programa em dezesseis pontos da FAO que esta desejava manter intacto o aparelho repressivo que até agora tem sido utilizado por Somoza apenas em seu próprio benefício." Queremos portanto esclarecer que a Junta Governamental deverá proceder à uma reorganização radical da estrutura da Guarda Nacional, através de um Conselho Técnico nomeado e escolhido entre os oficiais de reconhe-

cida boa conduta e disciplina — que o regime de Somoza obrigou a sair do país — e entre aqueles oficiais contra da Nicarágua que se comportaram bem." (1).

A debilidade da proposta burguesa

Ficava claro que a FAO chamava abertamente para um pacto com o aparelho político e militar do somozismo, só que sem Somoza. Mas como poderiam os somozistas aceitar tal acordo? A fraça, vacilante e indecisa FAO que temia mais a mobilização das massas do que a própria ditadura, acreditava poder recorrer à pressão do imperialismo para convencer os somozistas vacilantes. Mas aí estava justamente o outro lado do mesmo problema: como poderiam os imperialistas fazê-

O próprio Somoza, sua família e seus partidários são o centro de gravidade do conjunto do aparato. Eles não são absolutamente indispensáveis mas seus "serviços" só serão dispensados numa situação realmente desesperada. E com o fortalecimento militar de Somoza após os acontecimentos de setembro, nem os imperialistas nem o aparato somozista iria correr o risco de causar uma nova instabilidade com a substituição do governo somente porque a inepta, oportunista e débil FAO o propunha.

O próximo capítulo da farsa da "mediação" foi a questão do plebiscito.

O primeiro ato foi uma fala na televisão na qual o ditador estabeleceu como condições para deixar o país uma decisão "democrática" nas urnas através de um plebiscito. A idéia ficou suspensa no ar. Os mediadores propuseram em contrapartida um plebiscito que votasse também o novo governo; Somoza e a FAO o rejeitaram.

A esse ponto das negociações, a FAO concretizou ainda mais o seu desejo de compor com o aparato somozista. Propôs ter um terço dos membros do novo governo. O outro terço ficaria para o Partido Liberal e o restante para "independentes". Para outros níveis decisórios, a FAO e os liberais deveriam ter igual número de postos.

Em seguida exigiu "gestos de boa fé" do regime. O governo decretou uma anistia geral para todos os presos políticos e fugitivos e chamou todos os exilados de volta. Mas naturalmente, ninguém com um mínimo de senso arriscaria aceitar tais "garantias".

Para aceitar tais "gestos" o regime a FAO impunha novamente sua única condição: Somoza deveria deixar o país. Mas Somoza disse não e a novela chegou ao fim.

O caráter capitulacionista e vacilante da FAO foi tornando-se cada vez mais evidente para as massas nicaraguenses. Todos puderam constatar que ela era totalmente incapaz de enfrentar a ditadura.

Era lógico então que, diante do descrédito e da falência da burguesia as massas procurariam sua própria alternativa mais ansiosamente do que antes. Em meio a esse processo o Movimento Povo Unido (MPU) tornou-se o centro de gravidade político entre os oprimidos. Como nunca acontecera antes, o MPU tentava responder às questões da massa com propostas unitárias. Ao mesmo tempo, era visto como o único setor que rejeitava qualquer aliança com a burguesia.

Quanto mais o prestígio da FAO caía, mais o prestígio do MPU aumentava. Mas infelizmente, nem tudo ali era flores.

Na próxima semana:
Do MPU à Frente Patriótica, o prestígio dos sandinistas e o provável desenlace da situação política.



Guarda Nacional

O Povo derruba Somoza. E os Partidos negociam o Poder.

Desta vez não existe motivos para risos. Os sandinistas arcaram com todo o peso da luta militar contra a ditadura e, no novo governo que se anuncia, dos cinco membros dirigentes, os sandinistas ocupam diretamente apenas um posto e, através do Movimento Povo Unido, organização próxima à FSLN mais uma cadeira, cabendo as outras três à oposição burguesa.

Nenhuma justificativa tática de unidade anti-Somoza pode passar por cima do fato de que as massas nicaraguenses ao terem se empenhado até as últimas consequências no esforço pela derrubada da ditadura objetivam uma mudança fundamental nas suas vidas. O novo pessoal governante que fatalmente substituirá Somoza terá de responder, além da questão do fim dos aspectos repressivos, às necessidades sociais da população. Daí terão de ser colocadas questões vitais tais como a da reforma agrária, da administração dos bens da família Somoza e assemelhados (pelo menos trinta por cento das terras do país e outro tanto das propriedades urbanas) e do desemprego, isso sem falarmos na reconstrução das cidades praticamente destruídas pela artilharia e aviação somozistas.

Dentro da Frente Sandinista, a fração terceirista, que parece preponderar no atual momento, está cada vez mais próxima da oposição

burguesa, sendo inclusive a responsável pela aproximação que resultou do atual governo provisório.

No plano militar parece cada vez mais próxima a vitória, com o início das defecções nos dez mil homens que formam a guarda pretoriana de Somoza. Com a guerra chegando até Managua, a vitória em Rivas ao Sul, bem como o apoio da população em todos os locais, parece que chegou a hora de Somoza "fazer as malas" e partir para mais uma temporada de verão em Miami, só que dessa vez já aposentado, sem voltar ao cargo.

Quanto ao que virá no próximo período, não podemos esquecer que o influxo dos anseios populares será irremediavelmente canalizado para o setor sandinista do governo, que poderá então crescer e, se estiver à altura de suas tarefas históricas, inaugurar uma nova fase da revolução nicaraguense.

(R. B.)

A AÇÃO DO IMPERIALISMO

Dentro desse quadro, o inesperado apoio dos Estados Unidos à Frente Sandinista marca o início de uma nova estratégia do imperialismo no processo intervencionista na Nicarágua. A possibilidade de intervenção direta foi descartada pelo secretário de Estado norte-americano Cyrus Vance, certamente pela falta de uma base social de apoio

dentro do país. Situação diferente da que ocorreu em São Domingos em 1965, quando um setor da classe dominante avaliou a intervenção.

Ao mesmo tempo, a oposição de países de tendência social-cristã ou social-democrática no continente (Venezuela, Costa Rica, entre outros) atuou no sentido de evitar uma nova aventura norte-americana na América Central, o que poderia resultar em convulsões em outros países, como Honduras e El Salvador e desencadear uma onda de agitações com uma grande parte do continente. Da mesma forma como atuaram historicamente em outros países através de uma "intervenção branca" (como no México, na década de 40 quando influenciaram no resultado das eleições), os Estados Unidos estão preferindo uma solução de compromisso com a débil burguesia local (num momento em que as forças populares ainda não estão organizadas politicamente) para garantir o início de uma nova etapa de poder na Nicarágua — uma etapa democrático-burguesa. Os rumos que essa nova fase histórica tomará, dependem da ação dos setores mais conscientes da Frente Sandinista (Tendência Proletária e Guerra Popular Propaganda) no sentido de construir uma sólida organização de massas que permita chegar rapidamente todas as etapas e chegar ao socialismo. (V.A.)

PERU

Professores vão às ruas por melhores salários

por Manuel Henrique, de Lima



Desde o dia 6 de junho o SUTEP Sindicato Unico dos Trabalhadores na Educação do Peru, desencadeou uma greve geral da categoria, por tempo indeterminado. A decisão foi tomada depois de esgotadas todas as negociações com o governo peruano, quando este deixou claro que não tinha a menor intenção de atender as reivindicações dos professores. Esta greve constitui a prolongação daquela realizada no ano passado e que durou 81 dias sendo de suspensão poucos dias antes da instalação da Assembléia Constituinte quando a ditadura assinou uma declaração pública na qual se comprometia a cumprir grande parte das reivindicações dos professores, o que até hoje não foi feito. Entre as reivindicações mais importantes figuram o reconhecimento legal do SUTEP e a suspensão das medidas repressivas tomadas pelo Ministério da Educação contra vários professores membros do SUTEP. Figura ainda a exigência de 100% de aumento nos salários.

Desde o primeiro dia de greve o governo desenvolveu uma ativa campanha de intimidação policial transformando as ruas de Lima em verdadeiro campo de batalha com a presença de um grande número de policiais e veículos militares. A imprensa oficial se encarrega de levar

as mais falsas versões sobre a greve. Mas assim como no ano passado, a greve vai tomando corpo com o passar dos dias. Ao fim da primeira semana a quase totalidade das escolas na capital havia paralisado. Nas províncias a resposta dos professores, embora tenha demorado alguns dias foi massiva. Nas principais cidades do país os professores vêm realizando mobilizações pacíficas irremediavelmente reprimidas pela polícia.

O governo tinha, há mais de um mês, como medida preventiva de todo os principais dirigentes do SUTEP e os mantém na prisão por todo esse tempo. Além do mais não tem dado a menor demonstração de que pretende resolver favoravelmente o conflito. Pelo contrário ele tem sido convicente com os boatos espalhados de que as garantias constitucionais podem ser novamente suspensas.

Além disso, o clima de insatisfação entre os trabalhadores peruanos não se limita apenas aos professores. Os trabalhadores do seguro social estiveram em greve por duas semanas. Dois bancários despedidos estão em greve de fome desde o dia 2 de maio e o movimento dos bancários se solidariza anunciando que as paradas escalonadas e exigindo a reintegração de todos os dispensados do setor. Os estudantes

da Universidade Nacional de Engenharia foram violentamente reprimidos durante a passeata de solidariedade à greve dos professores em 6 de junho. A polícia aproveitou o acontecimento para violar a autonomia universitária e invadir o campus para prender vários estudantes. O protesto do reitor diante do fato foi totalmente silenciado pela grande imprensa.

Pelo lado da economia o governo anuncia o aumento do preço de diversos produtos de primeira necessidade especialmente do leite, do arroz e do azeite. Um novo aumento dos preços da gasolina é esperado nas próximas semanas. Por outro lado está sendo propagandeada uma grande lista de produtos que serão importados em decorrência de uma decisão do governo de destinar o excesso de dólares com que conta o Banco Central de Reservas à introdução de bens de consumo. Esse aumento das reservas ocorreu pelo aumento dos preços de algumas matérias-primas que o Peru importa, principalmente o cobre.

Lima voltará a ter em suas lojas uma série de produtos que desapareceram de suas vitrines há vários anos. Só que, como não podia deixar de ser, trata-se apenas de produtos de uso suatório tal como a TV a cores.

O ENCONTRO TRABALHISTA DE LISBOA

Muita comédia e pouca tragédia

O Encontro dos Trabalhistas do Exílio e do Brasil foi uma decepção completa, não fosse o alarde despropositado que a grande imprensa criou ao reu-
tor ao evento, inflando-o como um ato de grande importância para as oposições e planos do regime que ele por si mesmo, de forma alguma teria.

A começar já nos seus preparativos quando, na segunda-feira da semana passada, Brizola, retomando seu estilo tradicional lançava acusações descabidas e até mesmo dedurações sobre as oposições. "Em 8 ou 10 anos assumiremos o poder no Brasil" sentenciava o velho líder do trabalhismo em entrevista à imprensa lisboeta. Como? Ninguém se preocupou em esclarecer, como se este vaticínio fosse evidente por si mesmo. Mas não ficando nisso, Brizola foi adiante. Para ele — retirando portanto, em alguma medida o ingenuo voto de confiança que meses antes dera a Figueiredo — o general não está se comportando como um "Suarez" pois sua democracia está sendo realizada na base do conta-gotas. Mas, se para o regime, Brizola tem compreensão, para a oposição parlamentar, sua rival, é ferro e fogo. "O Sr. Ulisses Guimarães está agindo agora como um novo Salazar" (sic), mas o Ministro Petrônio Portela "também quer a democracia" (sic): "o Partido (PCB) concorda com o MDB e elegeu 3 deputados sob a legenda oposicionista" (sic) e, assim por diante, o engenheiro foi lançando impropérios de toda ordem para o desencanto de quantos ainda tinham nele alguma esperança e a perplexidade de seus correligionários.

Por trás de tudo isto, apesar das tentativas de muitos em "explicar" tamanho arroubo, fica claro que Brizola abandonou as hipóteses de somar forças mais amplas no médio prazo e partiu definitivamente para a criação a todo custo e vapor de seu próprio feudo. Mesmo que isto implique em ter que vir a situar-se na fronteira entre a oposição e o regime, frustrando assim a tantos que viam no PTB um renascimento mais à esquerda de seu passado populista.

As presenças decepcionantes

O Encontro se realizou no fim de semana, dias 15, 16 e 17 em Lisboa, na sede do Partido Socialista Português, no Largo do Rato, cedida pelos socialistas portugueses juntamente com os serviços de infra-estrutura em geral.

As presenças foram o ponto alto da decepção. Apesar de 80 trabalhistas vindos do Brasil e 12 de outros países europeus e americanos, formando um plenário de cerca de 100 pessoas, a representatividade foi inexpressiva. Apenas 4 deputados estaduais e 10 federais, incluindo o 2 da Arena. Nenhuma liderança popular de vulto, seja sindical, estudantil ou qualquer outra, com a exceção de Francisco Julião, o antigo líder das Ligas Camponesas do Nordeste, hoje no exílio. E as representações internacionais devem-se muito mais à insistência da Internacional Socialista em prestigiar o Encontro com vistas à realização de seus planos para a América Latina, em especial para o Brasil. O que deve ser contado muito mais contra do que a favor apesar do grande valor individual de algumas destas representações. Estiveram assim na abertura do Encontro representantes da Frente Sandinista da Nicarágua, da Frente de Libertação de Mocambique, do

Movimento de Libertação de Angola e de vários partidos filiados à Internacional Socialista, além de 20 representações diplomáticas sediadas em Lisboa.

Trabalhismo social democracia

O anfitrião-mor do Encontro, líder do Partido Socialista Português, Mário Soares, abriu seu discurso às boas indas aos trabalhistas brasileiros destacando duas fraternidades: "a primeira é a fraternidade normal e natural entre portugueses e brasileiros, povos irmãos; a segunda é a fraternidade entre os socialistas portugueses e os trabalhistas brasileiros... sabemos o que é o exílio porque muitos dos nossos dirigentes e adeptos estivemos no exílio e sabemos o que é a resistência a um governo autoritário e ditatorial". Dizendo falar em nome da Internacional Socialista da qual é vice-presidente, definiu-a como "uma grande família de todos aqueles que reclamam um socialismo democrático, quer sejam trabalhistas, social-democratas, já que as nomenclaturas resultam apenas de diferentes experiências do movimento operário... toda a Internacional Socialista tem os olhos voltados para esta reunião histórica para o trabalho do novo PTB que é de uma importância enorme não apenas para o Brasil, mas para toda a América Latina" concluiu Mário Soares.

Se estas esperanças são descabidas frente à proporção do Encontro, no entanto, elas devem servir de advertência quanto ao papel que o PTB pode vir a cumprir no Brasil como guardião do imperialismo social-democrata, hoje rivalizando na disputa das áreas do terceiro mundo com o velho e carcomido imperialismo americano.

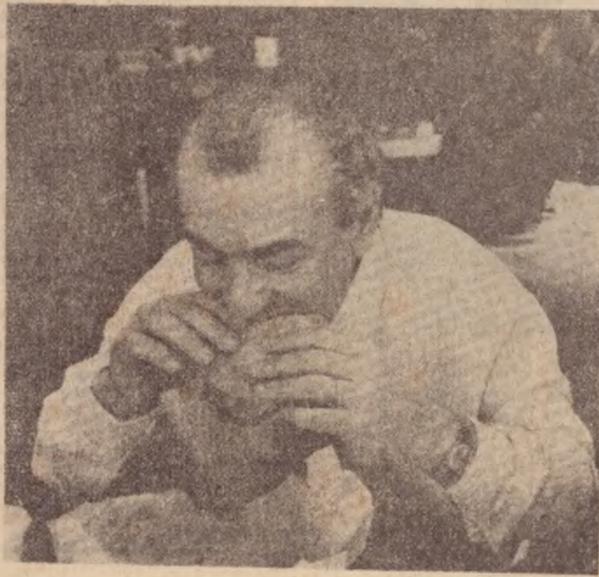
Após a saudação anfitriã, o plenário ouviu por cerca de três horas a abertura do Encontro por Leonel Brizola, numa leitura de um extenso documento de 200 páginas que vinha sendo preparado nos últimos meses. O teor do texto de Brizola vai na mesma linha do documento final aprovado pelo Encontro, cujo caráter principal é uma cópia anacrônica e fora do lugar dos primeiros esboços do socialismo utópico do infelô do século passado europeu quando sonhadores libertários tentavam conciliar a produção de mercadorias com a justiça e igualdade sociais.

Mas o tom libertário que tais elocubrações tinham no século passado, cedem hoje lugar a uma dissimulação pouco convincente das tentativas que o capitalismo mundial vem fazendo no sentido de se reciclar, quem sabe dentro da estratégia do trilateralismo em moda desde a ascensão de Carter nos Estados Unidos.

Partido dos trabalhadores ou "para os trabalhadores"

Ao falar na abertura, Francisco Julião foi quem melhor definiu o que será o PTB: "um partido de massas, não classista, pluripartidário e que tenha como coluna vertebral os trabalhadores do Brasil". Ou seja, será como sempre foi, um partido indefinido a não ser na sua intenção de ter nos trabalhadores sua base eleitoral tradicional.

O Encontro dos trabalhistas em Lisboa nos dias 15, 16 e 17 últimos ficou muito aquém do que se esperava, e da própria importância que lhe foi dedicada pela imprensa diária. Antecedido pelas declarações desastrosas de Brizola sobre as oposições brasileiras, com um baixo nível de representatividade e com debates e conclusões bastante pobres, e anacrônicas. Assim sua importância real para as oposições consequentes foi que contribuiu para deixar mais claro as muitas ilusões que ainda campeavam sobre a base popular do trabalhismo e sua renovação ideológica.



por Flávio Andrade

A única presença significativa e, para muitos inesperada, ao Encontro foi a do ex-deputado Lyssaneas Muciel, ao que tudo indica, não como mero observador, mas como entusiasta do PTB. Declarou o parlamentar mais combativo do antigo grupo autêntico que "o PTB dentro em breve será o maior partido brasileiro."

No plano sindical, as presenças foram meramente de registro. Francisco Daupra, presidente da Federação dos Metalúrgicos do Estado do Rio, acompanhado do presidente do sindicato da mesma categoria, Osvaldo Pimentel, dizendo-se observadores no Encontro, afirmaram conteúdo que vem no PTB de Brizola um partido muito mais adequado à classe e importante, do que as articulações me torno do Partido dos Trabalhadores lideradas por Luís Ignácio da Silva, o Lula. Pois "o importante não é apenas um partido dos trabalhadores mas um partido para os trabalhadores, como propõe Brizola" (sic). Serão pelegos???

Em seguida à abertura do Encontro, os trabalhos se dividiram entre 12 comissões que passaram à discussão de diversos tópicos ao longo dos 3 dias até a sessão final de encerramento.

Nesta sessão, Brizola tomando de novo a palavra sentenciou: "o PTB será o antagonista do regime militar de uma maneira que o MDB nunca poderia ser" voltando aos ataques à oposição legal. Só que agora, mais rescaldado que na véspera do Encontro,

mediu as palavras e resolveu partir para a ofensiva política, ainda que nada digna de crédito pelos mais avisados: "O objetivo final do partido será o socialismo democrático, como seu princípio básico, a democracia socialista, que rejeita qualquer forma de autoritarismo". Retomava assim a temática que chegou a acenar na abertura do Encontro quando afirmava que, "não gosto da expressão socialismo no horizonte, porque o horizonte está sempre fugindo; o socialismo é, para o trabalhismo, um objetivo concreto. Mas não precisamos etiquetá-lo pois a definição que precisamos é a que melhor possa ser entendida pelo povo".

"Não gosto do socialismo no horizonte"

Ora, é digno de nota. Primeiro porque assim, Brizola tenta se colocar adiante ir de todos aqueles que hoje vêm levantando no Brasil a questão do socialismo como imbricada na questão democrática e que para isto vêm por vezes usando a expressão "socialismo no horizonte". A expressão, apesar de não ser precisa, no entanto tem sido mais comprometidamente usada do que Brizola tenta fazer agora.

Em segundo lugar, e não há mais a menor margem de dúvida, o socia-

lismo brizolista ficou agora patente inquestionavelmente como social-democratismo a la brasileira. Não há como ter dúvida disto depois do apoio estrondoso da Internacional Socialista ao Encontro. E Mário Soares foi muito claro, denotando inclusive onde Brizola estava indo buscar inspiração, para seus elogios a Figueiredo como o Suarez brasileiro. Falou o líder do PS português na abertura do Encontro: "A América Latina atravessa um período crucial na sua história... a teoria dos direitos humanos não pode ser um produto de exportação para o leste europeu... tem também que ser aplicada no nosso hemisfério ocidental, felizmente o Brasil tem dado mostras de não ser preciso recorrer aos caminhos legítimos da violência contra a usurpação da legalidade democrática... espero que este país possa seguir o exemplo da Espanha que conseguiu sair de uma ditadura para um regime democrático sem violência e derramamento de sangue". Resta dúvidas portanto quanto à inspiração tripartite do novo petebismo?

Um socialismo utópico caboclo?

E finalmente, em terceiro lugar e o que é decisivo, o próprio documento final do Encontro deixa clara sua perspectiva programática, dentro da linha de um socialismo utópico caboclo.

A Carta de Lisboa diz: "Como doutrina, o trabalhismo tem seu fundamento no primado dos valores do trabalho. O trabalho é a fonte primária de todos os bens e riquezas, e a relação básica sobre a qual se constitui a vida social... o indivíduo e a família estão como núcleo básico de toda a vida social inerente à própria natureza humana e onde o trabalho emerge igualmente como atividade solidária". Esta estranha mistura de biologia, ética, o cooperativismo não encontra paralelo clássico mais adequado que os tentos dos libertários utópicos do início do século passado com suas propostas de construção dos falanstérios ou comunidades excentricamente igualitárias. Reconhece-se que o capitalismo é contraditório, crítico e explorador, mas recusa-se a atacar o seu próprio cerne, a produção de mercadorias, tentando-se, ao contrário, controlar sob valores éticos humanitários a própria acumulação capitalista.

Se nos utópicos do século passado tal fato se explica fundamentalmente pela inelutabilidade da produção capitalista, e assim destacamos hoje como principal seu caráter libertário, a reafirmação destes mesmos princípios na época do capitalismo monopolista internacional não consegue escamotear seu profundo

social-democratismo caboclo que, felizmente, é de reduzidíssimo apelo popular.

O espectro de classes sociais que o trabalhismo pretende representar é vasto: desde as populações mais pobres e marginalizadas, passando pelos pequenos produtores chegando até os empresários nacionais — com a ressalva: "desde que aceitem o sentido social e o conteúdo ético e democrático do programa trabalhista".

O populismo fisiológico

...mas o privilégio em termos de compromisso social e dirigido a dois setores: "os marginalizados miseráveis e as crianças e jovens". Curioso é notar esta novidade. Na medida em que as lideranças dos trabalhadores mais organizadas comprometidas com a luta atual não prestaram nenhum tipo de apoio ao trabalhismo, ele parece tentar buscar apelo em setores marginalizados e que hoje apresentam um baixíssimo ou quase nulo nível de organização. As colocações da Carta de Lisboa não são claras de todo, mas é inegável que deste discurso aos marginalizados decanta um certo tipo de demagogia que pode vir a ter algum efeito junto ao lumpemproletariado. E não deixa de ser interessante comparar este lado programático com o caráter potencialmente fisiológico que o PTB enveredasse na busca de base social por algum tipo de populismo fisiológico do tipo janista ou ademarista.

Isto é patente quando a Carta não consegue ir a fundo em nenhuma questão relevante, apontando soluções. As vaguezas em torno da justiça social, da democracia, do progresso etc., terminam com a colocação de que a propriedade privada, a economia de mercado "não será excluída, mas sim condicionada ao interesse social e ao bem-estar". E até mesmo o rompente nacionalista outrora marca registrada do brizolismo não mais figura nas suas definições programáticas, diluindo-o num genérico controle estatal sobre os investimentos estrangeiros.

Enfim, a Carta de Lisboa é rica em decepções chegando até mesmo ao ridículo pelas suas colocações anacrônicas e diversionistas. Que aliás, em praticamente nada avança de concreto além do programa liberalfô-de do MDB.

O PTB está praticamente recriado a partir deste Encontro. No entanto ficou marcado para 19 de abril do próximo ano uma convenção para a organização definitiva do partido, data por sinal da morte de Getúlio Vargas. O que dá finalmente o sentido deste convívio trabalhista. A luz da máxima clássica: a história sempre se repete, cada vez mais como comédia.

Um desencontro com os trabalhadores

Muita gente esperava que depois do chamado Encontro de São Bernardo, reunindo dirigentes sindicais, parlamentares autênticos e intelectuais há cerca de 3 semanas atrás, o trabalhismo que já vinha em baixa astral desde o racha entre Ivete e Brizola, se recolhesse ainda mais. É que, vendo o calibre da representatividade que São Bernardo reunia, os brizolistas, temendo o isolamento diante das oposições populares, talvez preferissem ingressar neste fórum mais amplo onde se prepara a reordenação partidária mais consequente, ainda que às custas de um certo atraso na colheita dos frutos finais.

Mas o tom da recente reunião lisboeta veio desfazer tais expectativas. O caráter taxativo de suas proclamações programáticas não deixa espaço para composições programáticas a não ser aquelas de tipo meramente somatório às fileiras do PTB. O contrário portanto do que vem se dando até agora nas demais articulações partidárias que sempre têm deixado suas colocações num nível algo genérico, ficando uma porta aberta para futuras composições. Não que isto em si seja bom; mas fechar a porta como os brizolistas fecharam sendo que dentro de casa não trancaram nenhuma preciosidade de muito pelo contrário, só pode ser um recado claro a todo bom entendedor: nós para cá e vocês para lá.

O que este desenrolar indica é que para os trabalhistas em ge-

ral e para Brizola em particular, vários problemas" são bernardinianos" pesam muito. De um lado a estrutura relativamente mais democrática do que seu PTB não é nada convidativa a estilos caudilhescos e carismáticos de liderança. De outro lado, o tom classista dado pela presença dos articuladores do PT, ainda que incerto no seu desenvolvimento futuro, parece já ter sido o bastante para assustar certos trabalhistas apegados ao eterno namoro com a burguesia nacional. E mais, os desdobramentos do Encontro de São Bernardo são ainda bastante incertos. E o afã dos trabalhistas não está de molde a trocar o certo pelo duvidoso, ainda que o certo nada tenha de correto.

O que se pode já concluir é que o PTB está seguramente entre os partidos vindouros, e com sua marca própria. Para isto, é claro, terá que se inchar com representações nada populares ou de esquerda, como era a meta dos ideólogos do "novo PTB" e o caso entre outros, do senador Prestes Quêrcia e do notável fisiológico deputado Thales Ramalho que falam claramente em um breve para o trabalhismo.

Até onde irá, neste avanço pela direita é ainda incerto. Mas, até que ponto a esquerda trabalhista conseguirá carregar este pesado fardo, iludida com o apelo popular que a legenda supostamente teria junto aos trabalhadores é, contudo, a questão que mais deve nos interessar.

